

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS

JOZAFÁ RIBEIRO MACIEL

Programa Território da Cidadania: a experiência do Bico do Papagaio

São Paulo
2016

JOZAFÁ RIBEIRO MACIEL

Programa Território da Cidadania: a experiência do Bico do Papagaio

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Estado, Governo e Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo/Faculdade Latino-Americano de Ciências Sociais para obtenção de título de Mestre.

Orientador: Prof. Me. Laerte Fedrigo

São Paulo
2016

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha esposa Rosa Maria pelo apoio e incentivo a mim dispensado durante a realização deste trabalho. Às minhas filhas Mariana e Marta pela compreensão dos motivos das minhas saídas de casa para o estudo e pelos momentos que tive de abrir mão da nossa convivência, brincadeiras, passeios e ficarmos juntinhos. A vocês, minha eterna gratidão.

Agradecimentos

Lutar e lutar sempre em busca de concretização de sonhos com a capacidade de se incomodar com injustiças, quaisquer que sejam, deve ser a mola impulsora em todos os momentos. Lutei incansavelmente para a concretização deste sonho. Esta luta certamente não foi só minha. Foram tantos que não consigo mencioná-los e não tenho gestos e palavras para agradecê-los. Sei que tudo foi feito como gesto de amizade, carinho e respeito. A realização deste sonho eu devo a todos vocês que, direta ou indiretamente contribuíram para que eu o alcançasse. Agora que cheguei ao final de mais uma etapa na formação, quero registrar a minha satisfação e agradecer com toda intensidade do meu afeto e respeito àqueles que me motivaram a perseguir o meu sonho. Sonhei, consegui e assim agradeço:

Em primeiro lugar agradeço as bênçãos recebidas do Senhor Deus nosso provedor, criador, protetor e salvador. Foram infinitas as bênçãos recebidas durante toda a minha vida, especialmente quanto às oportunidades que o Senhor me concedeu. Muitas eu aproveitei; outras nem tanto, porém essa foi uma das tantas que eu disse Senhor estou aqui e quero dar o melhor de mim e aproveitá-la.

À minha família, esposa e filhas, pelo incentivo e compreensão das minhas ausências de casa e mesmo das minhas obrigações como esposo, pai e chefe de família, para me dedicar ao estudo, viagens e mesmo das nossas economias que tivemos que abdicar para que eu pudesse concluir mais essa etapa dos meus estudos. Muito obrigado, essa vitória é nossa.

Aos meus familiares: vocês fazem parte das minhas inspirações e me dão coragem para enfrentar os desafios da vida. É por vocês que estou sempre em busca de novos conhecimentos e me preparando para esse enfrentamento com subsidio teórico, mas também valorizando os ensinamentos que adquirimos a partir da nossa história e experiências vividas e repassadas de geração em geração.

Aqui deixo meus agradecimentos a duas pessoas importantíssimas na minha vida: meus genitores Senhor ALEIXO DA SILVA MACIEL (*In memoriam*) e Dona SATURNINA RIBEIRO MACIEL. Por tudo que vocês fizeram não só por mim, mas para todos os 11 filhos, que sobre olhares atentos, vigilantes e protetores não deixaram que nenhum se perdesse na vida. Sempre nos mostraram a importância da educação (formal/acadêmica, educação cidadã e religiosa), base para todo homem e toda mulher respeitar e ser respeitado. Isso todos nós aprendemos de acordo com Vossos ensinamentos. Papai e Mamãe sempre souberam valorizar todas as conquistas de seus filhos e nesse momento em que PAPAI não está mais entre nós para festejar essa vitória, peço que de onde esteja sinta a nossa alegria e ore por nós.

Ao Partido dos Trabalhadores, pela oportunidade e o compromisso de qualificação de seus filiados, de sempre estar inovando e buscando condições para que as intervenções na sociedade sejam cada vez melhores e, acima de tudo,

comprometidos com aqueles que mais precisam das políticas públicas e façam do Brasil um estado provedor e fomentador do desenvolvimento com inclusão social, produtiva, intelectual, tecnológica, econômica, em consonância com as questões ambientais. Muito obrigado a cada filiado, militante e dirigente do PT, por acreditar e lançar esse desafio. Nós da Primeira Turma do Programa de Mestrado Estado, Governo e Políticas da Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FPA/FLACSO, o que temos é agradecer pela oportunidade e estamos prontos para contribuirmos na construção desse sonho coletivo.

Aos dirigentes, membros do Colegiado, lideranças, gestores públicos e especialmente os agricultores familiares e suas organizações do Território da Cidadania do Bico do Papagaio, pela oportunidade de estudar e conhecer um pouco mais dessa região que é símbolo de resistência, de lutas e de conquistas de homens e mulheres que não se cansam de lutar pelos seus direitos. Nesta luta somos parceiros.

Aos professores, pela dedicação, compromisso e pela forma simples, corajosa e pela convicção que dividiram seus conhecimentos para que nos tornássemos profissionais mais preparados para atuação nos nossos ambientes de trabalhos, mas principalmente para contribuirmos com o projeto de sociedade que tanto almejamos e buscamos. Já que concluímos essa etapa e desafio agora é colocarmos esse conhecimento a serviço da sociedade brasileira.

Aos funcionários, tutores e coordenadores da FPA/FLACSO, os meus sinceros agradecimentos, valeu pela convivência, experiência e troca de conhecimento fica a amizade e o companheirismo.

Ao Professor Laerte Fedrigo, pela dedicação, paciência e, acima de tudo, pela colaboração na produção dessa dissertação. Sem a sua orientação a realização desse trabalho teria sido ainda mais difícil. Fica aqui a minha gratidão e o desejo de continuarmos a amizade, o companheirismo e a certeza que estaremos sempre junto nas lutas e nas trincheiras da vida, defendendo aquilo que acreditamos e sonhamos: uma sociedade justa e igualitária, sem oprimido e nem opressor.

Meus agradecimentos aos colegas da turma. O nosso primeiro encontro foi no dia da prova depois daquela chuva torrencial. Só deu tempo para conhecer a Toninha e como éramos os únicos da região Norte, a amizade já começou ali. Como foi bom a convivência, a troca de experiência, as angústias e frustrações que passamos com o avanço da direita conservadora sobre o nosso governo, sobre a sociedade e principalmente sobre aqueles que mais se beneficiaram com as políticas implementadas pelos governos do PT. Obrigado Ana Aparecida, pelo acolhimento em sua casa. Valeu turma. Nós nos encontraremos nas lutas, sempre na defesa da classe trabalhadora.

Valeu!

RESUMO

O presente estudo busca identificar e analisar as relações entre o Programa Território da Cidadania com o desenvolvimento da Região do Bico do Papagaio. Além dos precedentes históricos e das condições socioeconômicas da região, avalia a estratégia de implantação e os efeitos socioeconômicos do Programa. A pesquisa indica que um conjunto de fatos históricos contribuiu decisivamente para a constituição do tecido social, político e institucional, que corroborou para que na Região do Bico do Papagaio fosse criado o Território de Identidade Rural, elevado mais tarde à categoria de Território da Cidadania. Além de discorrer sobre a estratégia de universalização dos programas básicos de cidadania e da inclusão produtiva das populações pobres e vulneráveis, apresenta um balanço dos recursos disponibilizados e aplicados na região. Com olhar crítico, faz uma análise sobre a participação social e a integração entre governo federal, estado e municípios com vistas à constituição de um espaço de discussão, planejamento e execução das ações para o desenvolvimento local. Avalia que houve uma significativa melhora na maioria dos municípios do Território no que diz respeito aos indicadores econômicos e de desigualdade social, concluindo que o Programa foi bem-sucedido quanto ao seu objetivo de universalizar os programas básicos de cidadania, embora não teve o mesmo desempenho quanto à integração entre a sociedade e os entes federativos, o que amenizou os seus efeitos socioeconômicos.

Palavras Chaves: Território, Bico do Papagaio, Participação Social, Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável.

RESUMEN

Este estudio busca identificar y analizar las relaciones entre el Territorio Programa de Ciudadanía y el desarrollo de la región del Pico del Loro. Además de los precedentes históricos y las condiciones socioeconómicas de la región, se evalúa la estrategia de aplicación y los efectos socioeconómicos del programa. Las investigaciones indican que un conjunto de hechos históricos contribuyó decisivamente a la creación del tejido social, político e institucional, lo que corrobora que en la región de pico de loro se creó el Territorio de la identidad rural, más tarde elevado a la categoría de ciudadanía Territorio. Además de hablar de la estrategia universal de los programas básicos de ciudadanía y la inclusión productiva de las poblaciones pobres y vulnerables, da una visión general de los recursos e invertido en la región. Con un ojo crítico, hace un análisis de la participación social y la integración entre las autoridades federales, estatales y municipios con el fin de construir un espacio de discusión, planificación y ejecución de acciones para el desarrollo local. Se estima que hubo una mejora significativa en la mayoría de los municipios del territorio con respecto a los indicadores económicos y de desigualdad, concluyendo que el programa ha cumplido los objetivos establecidos como la universalización de los programas básicos de ciudadanía, pero deja que desear en la integración de la sociedad y las entidades federales, mitigación de los efectos socioeconómicos.

Palabras clave: Territorio, Pico del Loro, Participación Social, Políticas Públicas, Desarrollo Sostenible.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos 120 Territórios da Cidadania	17
Figura 2 – Gestão do Programa Territórios da Cidadania	22
Figura 3 – Ciclo de Planejamento e Gestão dos Territórios da Cidadania	23
Figura 4 – Mapa da localização dos Territórios da Cidadania do Estado do Tocantins	27
Figura 5 – Mapa dos municípios que compõem o Território do Bico do Papagaio ..	29
Figura 6 – Mapa de localização da Região do Bico do Papagaio	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações executadas pelo Governo Federal nos Territórios da Cidadania	19
Quadro 2 – Investimentos do governo federal TCBP 2009-2015.....	35
Quadro 3 – Investimentos do Governo Federal - TCBP 2009–2015	36
Quadro 4 – Resultados e Metas do IDEB – TCBP - 2005 – 2013.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das TCO da União para Estados (FPE) e Municípios (FPM) Brasil, Tocantins e TCBP 2008-2015	32
Tabela 2 – Número de famílias beneficiadas pelo PBF – TCBP – 2008-2013	34
Tabela 3 – Política de Reforma Agrária TCBP 2000–2015 Dados acumulados	36
Tabela 4 - Dados demográficos TCBP, Tocantins e Brasil 2000–2015 – (mil hab.)	38
Tabela 5 – Avaliação da participação da esfera pública no CT – TCBP 2009–2015 (Em %).....	41
Tabela 6 – PIB a preços correntes (Mil Reais) – Brasil, Tocantins e TCBP – 2000 – 2013	49
Tabela 7 – IDHM e GINI – Brasil, Tocantins, MBP e TCBP – 2000 – 2010	50
Tabela 8 – Taxa de alfabetização das pessoas de 10 ou mais anos de idade Brasil, Tocantins, MPB e TCBP – 2000 – 2010	51
Tabela 9 – Mortalidade infantil e esperança de vida – Brasil, Tocantins e TCBP – 2000 – 2010	53
Tabela 10 – Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo – Brasil, Tocantins, MBP e TCBP – 2000 – 2010	54
Tabela 11 - Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo o sexo - Brasil, Tocantins e TCBP – 2000 – 2010	55
Tabela 12 – Razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao rendimento médio dos homens ocupados – Brasil, Tocantins e TCBP – 2000 – 2010	56
Tabela 13 – Participação percentual do rendimento das mulheres em relação ao rendimento familiar total - Brasil, Tocantins e TCBP – 2000-2010	57
Tabela 14 – Taxa de pobreza e de pobreza extrema – Brasil, Tocantins e TCBP – 2000 – 2010	59
Tabela 15 – Renda per capita e percentuais de extrema pobreza e vulneráveis à pobreza – Brasil, Tocantins e TCBP – 2010	60

LISTA DE SIGLAS

ABIPA - Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio;
AMB - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Buriti;
AMBIP - Associação de Municípios do Bico do Papagaio;
APA Cantão – Área de Proteção Ambiental do Cantão;
APA-TO - Alternativa Para a Pequena Agricultura no Tocantins;
ASMUBIP - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do AMB
Papagaio;
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural;
CAE - Comitê de Articulação Estadual;
CadÚnico - Cadastro Único;
CF-1988 - Constituição Federal de 1988;
CGN - Comitê Gestor Nacional;
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros;
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento;
COOPTER - Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e
Extensão Rural;
CPT - Comissão Pastoral de Terra;
CT - Colegiado Territorial;
CTN - Código Tributário Nacional;
FAO/ONU - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação;
FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais;
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil;
FNDE – Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação Básica;
FNO - Fundo Constitucional do Norte;
FPA - Fundação Perseu Abramo;
FPE - Fundo de Participação dos Estados;
FPM - Fundo de Participação dos Municípios;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;
IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado;
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;

GINI - Coeficiente de GINI é uma medida de desigualdade;

MBP - Microrregião do Bico do Papagaio;

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

MEC – Ministério da Educação;

MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco;

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;

PBF - Programa Bolsa Família;

PIB - Produto Interno Bruto;

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar;

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;

PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária;

PROINF - Programa de Apoio a Infraestrutura nos Territórios;

PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação;

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

PTC - Programa Territórios da Cidadania;

PROUNI - Programa Universidade Para Todos;

PTC - Programa Territórios da Cidadania;

PTCBP – Programa Território da Cidadania do Bico do Papagaio;

RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins;

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial;

SEPLAN/TO – Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins;

SICON - Sistema de Acompanhamento de Condicionais;

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática;

SIE – Serviço de Inspeção Estadual;

SIF – Serviço de Inspeção Federal;

SIM - Serviços Municipais de Inspeção;

SIPRA/INCRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária;

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia;

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;

TCBP – Território da Cidadania do Bico do Papagaio;

TCO - Transferências Constitucionais Obrigatórias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO BICO DO PAPAGAIO	15
1.1 Programa Territórios da Cidadania: concepção e histórico	15
1.2 O Território da Cidadania do Bico do Papagaio: precedentes Históricos e condições socioeconômicas.....	26
II ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO BICO DO PAPAGAIO	31
2.1 Da universalização dos programas básicos de cidadania e da inclusão produtiva das populações pobres e vulneráveis	31
2.2. Da participação social e da integração entre federação, estado e municípios	38
III DO IMPACTO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA SOBRE OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO	47
3.1 Aspectos econômicos	48
3.2 Aspectos sociais	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
ANEXOS	68

INTRODUÇÃO

Em 2008 o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania, concebendo o desenvolvimento com base em regiões com identidade comum. O objetivo do Programa é promover o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. A participação da sociedade civil organizada e a integração de ações entre as diferentes esferas de governo são vistas como fundamentais para a efetivação dessa estratégia.

Um dos territórios demarcados pelo Programa foi o Bico do Papagaio, no Estado de Tocantins. Um conjunto importante de fatos históricos contribuiu para a constituição de um tecido social, político e institucional que corroborou decisivamente para que ali fosse criado, em 2003, o Território de Identidade Rural. Por força das mesmas circunstâncias históricas, em 2008, ele foi elevado à categoria de Território da Cidadania, quando ali foi implantado o Território da Cidadania do Bico do Papagaio, com a pretensão de promover o desenvolvimento sustentável no território, por meio da universalização dos programas básicos de cidadania e da integração de ações entre governo federal, estado e municípios, além de acelerar a redução da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive aquelas relacionadas a gênero, raça e etnia.

Existe associação positiva entre o Programa Território da Cidadania e o desenvolvimento do território e da população do Bico do Papagaio? Pode-se afirmar que o objetivo do Programa de promover o desenvolvimento econômico por meio da universalização dos programas básicos de cidadania foi alcançado? A participação social e a integração de ações entre governo federal, estado e municípios foram fundamentais para a construção dessa estratégia?

O objetivo deste estudo é identificar e analisar as relações entre o Programa Território da Cidadania e o desenvolvimento do território e da população do Bico do Papagaio. Além dos seus efeitos socioeconômicos, busca-se avaliar a sua estratégia de implantação, com vistas à promoção do desenvolvimento local, por meio da universalização dos programas básicos de cidadania, da participação social e da integração de ações entre governo federal, estado e municípios.

A hipótese deste trabalho é a de que o Programa Território da Cidadania cumpriu seu objetivo de universalizar os programas básicos de cidadania, mas que deixou a desejar quanto à integração entre a sociedade e os entes federativos, amenizando os seus efeitos sobre os indicadores socioeconômicos.

As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica - com leitura de livros e artigos sobre políticas públicas de promoção do desenvolvimento local, contemplando estratégias eficientes de implantação - e a pesquisa documental, com dados do Programa Território da Cidadania e dados socioeconômicos da região do Bico do Papagaio. Para atingir o objetivo proposto, foi feito um levantamento qualitativo (pesquisa de campo) junto aos membros do Colegiado Territorial do Programa Território da Cidadania da Região do Bico do Papagaio, com vistas a avaliar o grau de integração entre a sociedade e os entes federativos, previsto pelo Programa.

O trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo foi destinado à análise do Programa Territórios da Cidadania, com ênfase no Território do Bico do Papagaio, contemplando o seu contexto, objetivos e estratégias de implantação. O segundo foi destinado à análise do alcance do Programa quanto ao seu objetivo de universalizar os programas básicos de cidadania e a integração entre a sociedade e os entes federativos. Neste capítulo foi feito também um balanço dos recursos disponibilizados e aplicados pelo Programa na região. O terceiro e último capítulo foi destinado à avaliação do impacto do Programa sobre os indicadores socioeconômicos dos Municípios do Bico do Papagaio.

Faz-se necessário destacar que algumas informações aqui apresentadas resultam das observações e reflexões do período em que o autor desta dissertação teve a oportunidade de contribuir com a implantação do Território da Cidadania do Bico do Papagaio, atuando como conselheiro representante do Governo Federal pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, o que contribuiu de forma decisiva com a pesquisa. Não obstante, como não poderia ser diferente, buscou-se o comprometimento efetivo com a análise objetiva dos elementos pesquisados e sistematizados.

I PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO BICO DO PAPAGAIO

Em 2008 o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania (PTC), concebendo o desenvolvimento com base em regiões com identidade comum. Por força das circunstâncias históricas, um dos territórios demarcados foi o Bico do Papagaio, localizado no extremo norte do Estado de Tocantins. O objetivo deste capítulo é analisar o contexto, os objetivos e as estratégias de implantação deste Território.

1.1 Programa Territórios da Cidadania: concepção e histórico

A Constituição Federal de 1988 trouxe um novo arranjo institucional nas esferas federal, estadual e municipal que foi a introdução de novos instrumentos de gestão social de políticas públicas por meio dos conselhos gestores. Fruto da intensa mobilização social, que foi se acumulando ao longo período da Ditadura Civil/Militar e que se aflorou com a redemocratização do País, “os conselhos gestores se tornaram espaços de formulação, gestão, controle e avaliação de políticas públicas e de concertação dos interesses de diferentes setores”, de tal sorte que a sua implantação resultou numa nova experiência de gestão para os governos e para a sociedade civil organizada, “um espaço privilegiado de exercício da cidadania e da democracia, do mesmo modo que tem sido utilizado como espaço de legitimação e de redefinição dos mecanismos de dominação de elites locais através de processos de participação seletiva” (HUMBERTO OLIVEIRA *APUD* GRAZIANO DA SILVA; TAKAGIE; SANTOS, 2010, p.181).

Maria da Glória Gohn (2006), ao estudar o papel dos conselhos gestores, concluiu que eles são instrumentos de expressão, representação e participação, que abriram precedentes para a sociedade civil intervir na gestão pública nas diversas etapas de implementação de uma política pública, programa ou projeto. Para a autora, os conselhos funcionam como uma arena de intermediação dos diferentes interesses da pluralidade de atores que o compõem.

A partir da Constituição de 1988, houve também um aumento na criação de novos municípios, que contribuiu para a descentralização do poder administrativo no

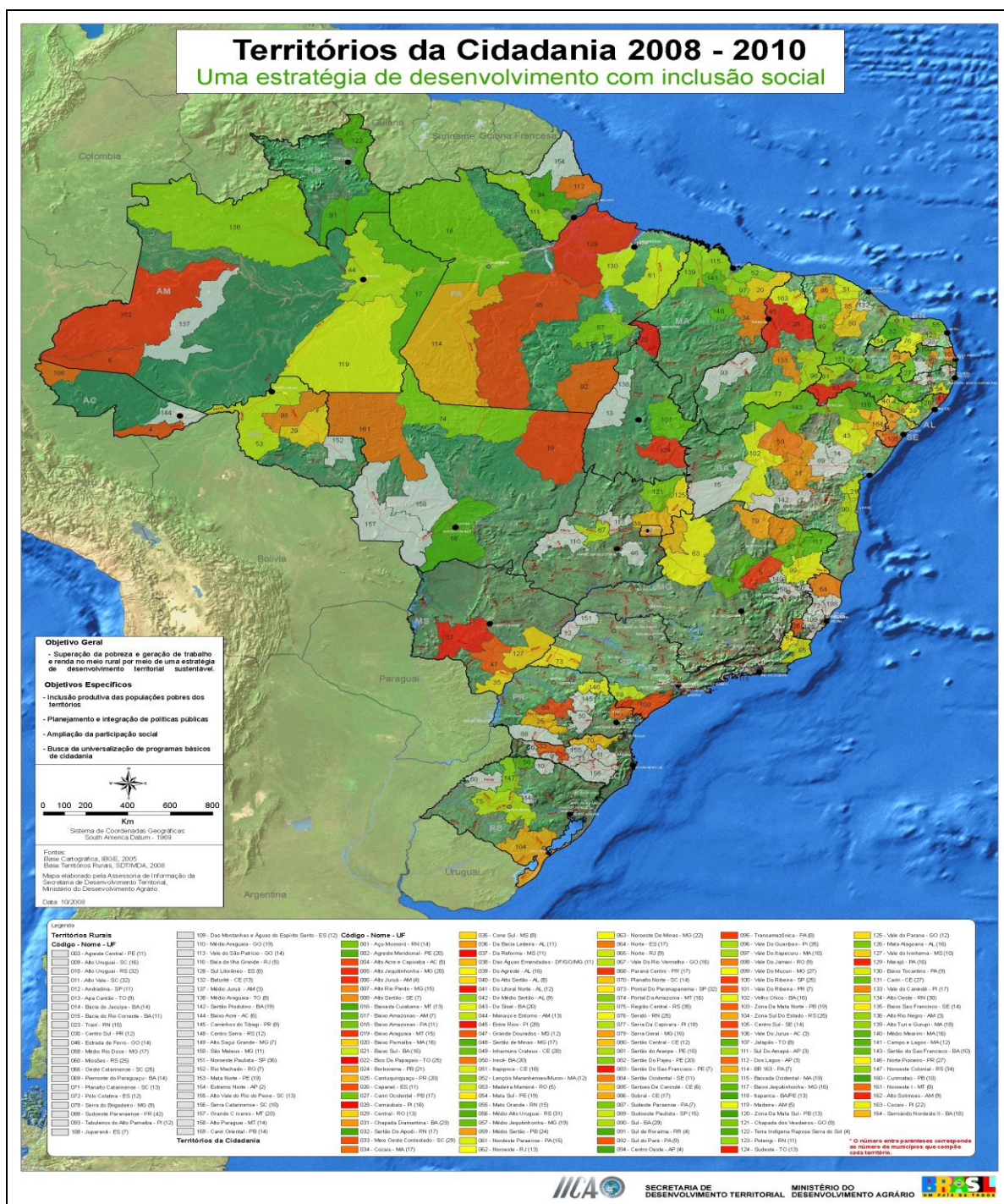
Brasil. Não se pode afirmar, no entanto, que essa mudança por si tenha corroborado para potencializar a promoção do desenvolvimento. Na verdade, como lembram José Graziano da Silva, Maya Takagie e Ana Claudia Santos (2010), a gestão administrativa continuou nas mãos dos gestores públicos e com baixa participação social, de tal sorte que os recursos continuaram sendo aplicados sem a devida articulação e integração de maneira a potencializá-los no cumprimento das metas. É de conhecimento geral que os gestores públicos sempre foram responsáveis pela aplicação dos recursos públicos e que a sociedade, quando buscou fazer o controle dessa ação, encontrou barreiras legais ou má vontade dos gestores públicos.

Em face disso, o Governo Federal, especialmente a partir de 2003, apostou numa outra forma de gestão dos recursos públicos, sobretudo daqueles destinados à redução das desigualdades sociais e regionais. Em se tratando do desenvolvimento de regiões que predomina características da ruralidade brasileira e forte presença da agricultura familiar, o caminho adotado foi promover o desenvolvimento territorial com controle social dos recursos, por meio dos colegiados compostos por agentes públicos e sociais.

Como defendem Francisco Albuquerque e Tania Zapata (2010), considerando as dimensões continentais do Brasil e as características peculiares de cada território, era imprescindível que o desenvolvimento fosse baseado na realidade local, buscando a valorização dos agentes, governos, arranjos produtivos, potencialidade e problemas locais/territoriais. Essas políticas de desenvolvimento local deveriam estar voltadas para potencializar a formação de recursos humanos e a adequada valorização do meio natural existente nos próprios territórios, com a incorporação de inovações tecnológicas nos diversos processos produtivos. A mudança deveria ocorrer também no conjunto das administrações públicas, a fim de responder adequadamente às mudanças nos aspectos sociais, institucionais e políticos.

A forma como os diferentes territórios, cidades ou regiões enfrentam tais exigências da mudança estrutural pode ser bastante diferente. No entanto, há características comuns, como o abandono das atitudes passivas e a procura por uma saída, baseada, sobretudo, na valorização dos recursos endógenos, (ALBUQUERQUE; ZAPATA 2010, p. 215).

Figura 1 – Mapa dos 120 Territórios da Cidadania



Fonte: Brasil (2009).

A temática do desenvolvimento territorial com controle social ganhou força no governo brasileiro a partir de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a implantação dos Territórios de Identidade Rural do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Esse processo de promoção do desenvolvimento

territorial com controle social foi ampliado pelo Governo Federal a partir de 2008, quando foi criado e lançado o PTC, que, sob a coordenação da Casa Civil e com a participação de 19 ministérios e autarquias, demarcou 120 territórios em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal (BRASIL, 2009)¹, conforme ilustra a *figura 1*.

Em lugar do município, o PTC concebe o desenvolvimento com base em regiões com determinados traços de identidade comum. No geral, essas regiões possuem características semelhantes e da ruralidade brasileira, com baixos índices de desenvolvimento econômico, social e humano, alta concentração de agricultores familiares, baixo nível de investimento governamental e poucos equipamentos públicos. Além do elevado grau de isolamento, elas também são formadas por municípios de pequeno porte, que geralmente dependem de repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para sobreviverem financeiramente. Visa integrar ações de governo para mudar a realidade.

Nesta perspectiva, o PTC tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico, por meio da busca de universalização dos programas básicos de cidadania e da inclusão produtiva das populações pobres do Território, consubstanciando-se em uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável, voltada para as regiões do país que mais precisam, especialmente do meio rural. A participação da sociedade civil organizada e a integração de ações entre as diferentes esferas de governo são fundamentais para a efetivação dessa estratégia (BRASIL, 2009).

O *quadro 1* ilustra as ações por meio das quais o governo federal propôs aplicar recursos com vistas à universalização dos programas básicos de cidadania e a inclusão produtiva das populações pobres do Território. Como se vê, são três linhas de ações: apoio a atividades produtivas (24 ações), cidadania e direito (34 ações) e infraestrutura (13 ações). Ao todo foram propostas 71 ações, que vão de ações fundiárias a saneamento e acesso a água, passando por apoio à gestão territorial, educação, cultura e desenvolvimento social.

¹ Em 2008 o Programa atendeu 60 Territórios. Em 2009 o número chegou a 120, alcançando a meta estabelecida pelo Governo Federal. Três foram demarcados no Estado de Tocantins, sendo um deles na Região do Bico do Papagaio, objeto desta pesquisa (BRASIL, 2009).

Quadro 1 – Ações executadas pelo Governo Federal nos Territórios da Cidadania

LINHA DE AÇÕES	AÇÕES
APOIO A ATIVIDADES PRODUTIVAS	1 Acesso à Água para a Produção de Alimentos -
	Plano Brasil sem Miséria
	2 Apoio à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e
	Aquícola
	3 Apoio à Implantação e à Modernização de Centros
	Vocacionais Tecnológicos
	4 Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes
	da Cadeia Produtiva Aquícola
	5 Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em
	Territórios Rurais
	6 Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar -
	PAA
	7 Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura
	Familiar - Plano Brasil sem Miséria
	8 Assistência Técnica e Extensão Rural para
	Agricultores Familiares e seus Empreendimentos
	9 Assistência Técnica e Extensão Rural para a
	Reforma Agrária
	10 Assistência Técnica e Extensão Rural para
	Comunidades Quilombolas
	11 Assistência Técnica Especializada para Mulheres
	Rurais
	12 Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural -
	Plano Brasil sem Miséria (4786)
13 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - PRÓ-	
ORGÂNICO	
14 Desenvolvimento do Associativismo Rural e do	
Cooperativismo	
15 Disponibilização de Insumos para a Agricultura	
Familiar	
16 Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização	
- Terra Sol	
17 Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes	
Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito	
18 Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas	
Cadeias de Energias Renováveis	
19 Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos	
Econômicos Solidários e suas Redes de	
20 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa	
em Aqüicultura - Plano Brasil sem Miséria	
21 Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia	
Produtiva Pesqueira	
22 Implantação de Infraestrutura Pesqueira e Aquícola	
23 Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta	
de Água - Plano Brasil sem Miséria	
24 Provimento de Infraestrutura Produtiva para	
Arranjos Produtivos Locais - APLs - Plano Brasil	

LINHA DE AÇÕES	AÇÕES
CIDADANIA E DIREITOS	25 Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada
	26 Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet para Inclusão Digital
	27 Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
	28 Apoio à Formação Profissional e Tecnológica - Pronatec Campo
	29 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas e dos Povos e Comunidades Tradicionais
	30 Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural
	31 Aquisição de Unidades Móveis de Acolhimento às Mulheres do Campo e da Floresta
	32 Capacitação de Agentes de Desenvolvimento
	33 Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
	34 Cine Mais Cultura
	35 Computador Interativo
	36 Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social
	37 Construção de Escolas no Campo
	38 Documentação da Trabalhadora Rural
	39 Educação de Jovens e Adultos
	40 Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais
	41 Fortalecimento de Espaços e Pontos de Cultura e Desenvolvimento e Estímulo a Redes e Circuitos Culturais
	42 Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras
	43 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais
	44 Implementação de Centros Especializados de Atendimento à Mulher Migrante nas Fronteiras Secas
	45 Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde
	46 Laboratórios de Informática para as Escolas no Campo
	47 Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs
	48 Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais
	49 Piso de Atenção Básica Fixo
	50 Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
	51 Programa Laptop Educacional para as Escolas no Campo
	52 Programa Mais Educação Campo
	53 ProInfância
	54 Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres
	55 Proteção Social para Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho Infantil - Plano Brasil sem Miséria
	56 Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas
	57 Revelando os Brasis
	58 Vacinas para Prevenção e Controle de Doenças

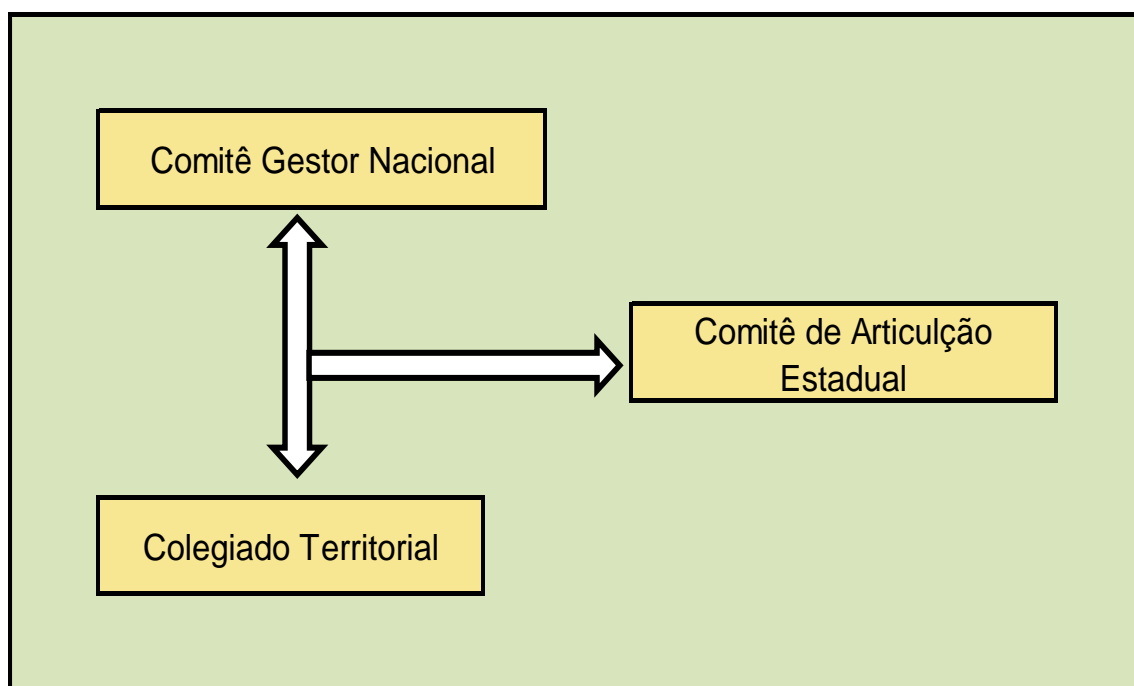
LINHA DE AÇÕES	AÇÕES
INFRAESTRUTURA	59 Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil
	60 Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 Habitantes
	61 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias de Assentados
	62 Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos – Fundo de Terras
	63 Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária
	64 Habitação Rural
	65 Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento
	66 Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária
	67 Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária
	68 Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV
	69 Regularização Fundiária de Imóveis Rurais
70 Terra Legal - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais na Amazônia Legal	
71 Terra Legal - Regularização Fundiária de Núcleos Urbanos na Amazônia Legal	

Fonte: Adaptado de Brasil - Matriz de Ações e Plano de Execução (2009 –2015).

A *figura 2* ilustra a gestão do PTC. O Comitê Gestor Nacional (CGN) reúne representantes dos Ministérios parceiros e, além de definir os Territórios atendidos, tem como funções aprovar as diretrizes, organizar as ações federais e avaliar o Programa. O Comitê de Articulação Estadual (CAE) reúne integrantes dos órgãos federais que atuam no Estado, representantes dos órgãos estaduais indicados pelo Governo do Estado e participantes das prefeituras dos Territórios. Além de apoiar a organização nos Territórios, tem como atribuições fomentar a articulação e a integração das diversas políticas públicas e acompanhar a execução das ações do Programa. O Colegiado Territorial (CT), por sua vez, é formado paritariamente por representantes governamentais e pela sociedade civil organizada, constituindo-se

como espaço de discussão, planejamento e execução das ações para o desenvolvimento do território. Além de definir o Plano de Desenvolvimento do Território, ele “... identifica necessidades, pactua a agenda de ações, promove a integração de esforços, discute alternativas para o desenvolvimento do Território e exerce o controle social do Programa” (BRASIL, 2009, p.4).

Figura 2 - Gestão do Programa Territórios da Cidadania



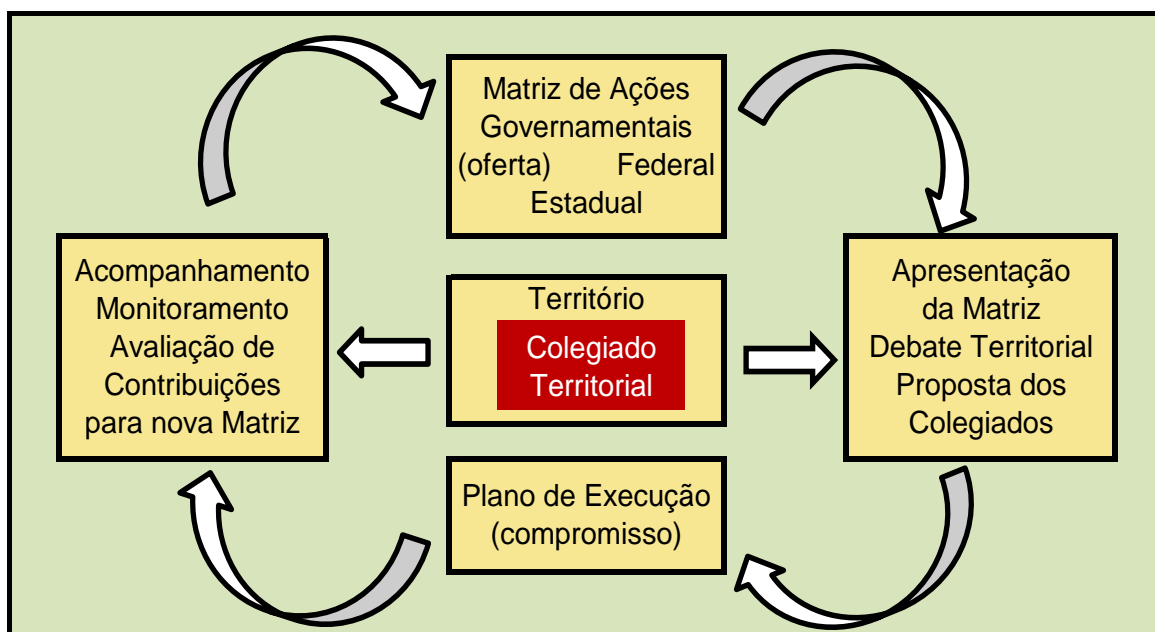
Fonte: Brasil (2009, p.3).

Vale dizer, portanto, que a gestão nos Territórios da Cidadania ocorre entre os vários participantes. Como argumentam Armando Fornazier e Walter Belik (2012, p.138), o Território da Cidadania é um local de implementação de políticas públicas setoriais e ministeriais, tendo a Matriz de Ações e o Relatório de Execução como instrumentos para o monitoramento e controle dos recursos, uma vez que por meio deles “... os atores sociais e toda a sociedade civil têm acesso ao andamento de execução das políticas”.

A *figura 3* mostra o ciclo de planejamento e gestão nos Territórios da Cidadania. Anualmente, para cada território é apresentado uma Matriz de Ações com as propostas e ações do Governo Federal, contemplando dados descritivos e metas físicas e financeiras territorializadas. Com base nessa matriz, o CT discute as ações e indica as demandas e/ou prioridades, ocasião em que procura também

definir uma agenda de articulação com as instâncias municipais para o atendimento de demandas específicas. Após esse Debate Territorial, o Governo Federal detalha a Matriz de Ações, incorporando ajustes e complementações, gerando o Plano de Execução, que é a base para o monitoramento e o controle social da realização das ações pactuadas no território, por sua vez realizados por meio do Relatório de Execução, que detalha os estágios da execução física e orçamentário-financeira, as restrições, os riscos e as providências adotadas, complementado com dados do andamento das obras nos municípios, localidades e comunidades (BRASIL, 2009).

Figura 3 - Ciclo de Planejamento e Gestão dos Territórios da Cidadania



Fonte: Brasil (2009, p.5).

A proposta de gestão do PTC, que dá ênfase ao papel exercido pelo CT, encontra ressonância nas contribuições de autores como Francisco Albuquerque e Tania Zapata (2010). Para eles, a estratégia ajuda a introduzir tensões básicas para a apresentação de programas e propostas consistentes de desenvolvimento em benefício da cidadania, constituindo-se numa ferramenta fundamental para a promoção do desenvolvimento local. Além de criar condições para a manutenção de lideranças responsáveis pela condução do processo, garantindo a participação e a cooperação de todos os atores locais, a institucionalização da participação da sociedade civil organizada nos espaços decisórios ajuda a criar uma cultura democrática de implementação e gestão de políticas públicas.

Até porque, destacam Francisco Albuquerque e Tania Zapata (2010), o CT é o espaço não só de discussões, planejamento e de tomada de decisões, mas, especialmente, de integração e conjunção de interesses dos atores envolvidos. O setor público é representado pelos governos federal, estadual e municipal e seus diversos órgãos, e o setor privado, pelos sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores, organizações não governamentais, representações de comunidades tradicionais, câmaras de comércio, associações de empresários, centros de pesquisa e desenvolvimento, entidades financeiras com presença local, dentre outros. Ao ser constituído, o CT deve ter a compreensão de que é um espaço de construção de consenso a partir do fomento ao diálogo, tendo como objetivo o desenvolvimento integral do território, com capacidade para

... fomentar uma boa capacidade de relações, para gerar confiança entre os atores territoriais e poder impulsionar as alianças institucionais oportunas, promovendo também uma imagem proativa e dinâmica do território em questão. (...) Operacionalmente, funciona em geral com uma estrutura enxuta: uma gerência técnica e uma equipe de profissionais qualificados, bons conhecedores da economia regional e com perfil de facilitadores e animadores comunitários, (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010, p.224–225).

Nesse sentido, Francisco Albuquerque e Tania Zapata (2010) compartilham a ideia de que se devam adotar estratégias de desenvolvimento territorial que envolvam diferentes atores sociais nas discussões e na busca de resolução dos problemas locais, colaborando com o processo de construção social do território. As estratégias de desenvolvimento não podem ser impositivas, mas sim por meio da busca de consenso entre os atores sociais. Para eles, o objetivo fundamental deve ser orientar a melhor utilização dos recursos endógenos e a diversificação da base produtiva local, buscando incorporar inovações baseadas na qualidade e na diferenciação dos produtos e processos produtivos, inovações de gestão e adaptações sociais e institucionais. Lembram ainda, que é importante a observação permanente sobre as reais potencialidades do tecido local, considerando não só aqueles ligados diretamente ao setor da agricultura familiar, como também às empresas, ao comércio, aos órgãos públicos com atuação territorial e as características do mercado de trabalho.

Mesmo sendo uma estratégia definida no âmbito federal, é imprescindível a participação efetiva das demais esferas públicas, bem como dos atores sociais locais, na priorização das demandas e na definição e distribuição dos papéis de cada um dentro da instância de governança do território, ou seja, do CT e das câmaras técnicas. A implementação de estratégias, a partir de pactos locais de caráter suprapartidário e com a maior participação possível de representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil organizada, tem como finalidade dotar essas iniciativas de níveis mais elevados de segurança, diante de possíveis mudanças políticas. Objetiva ainda, priorizar a articulação produtiva e social interna, aproveitando os recursos endógenos e as oportunidades externas.

O importante é endogeneizar ditas oportunidades de dinamismo externo, mediante uma estratégia de desenvolvimento local consensual. O processo de planejamento para o desenvolvimento local deve ser participativo, isto é, precisa ser levado a cabo pelos atores locais, responsáveis pelas decisões fundamentais, (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010, p. 223).

Outro aspecto importante do PTC diz respeito ao seu recorte administrativo. Em geral, no que diz ao planejamento, os órgãos públicos não reconhecem as relações sociais, os aspectos geográficos, os ambientais ou os econômicos. José Graziano da Silva, Maya Takagie e Ana Claudia Santos (2010), o Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, planeja as suas políticas, programas, projetos e ações a partir do zoneamento ecológico-econômico, das bacias hidrográficas, dos biomas, das unidades de conservação e dos parques nacionais, enquanto o Ministério da Integração Nacional o faz a partir das regiões brasileiras, especialmente por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e das Mesorregiões. Todos esses recortes de planejamento e execução de políticas, programas, projetos e ações de ordem pública ultrapassam os limites geográficos das divisões políticas administrativas, que na maioria das vezes inviabilizam a execução, bem como o alcance dos seus objetivos estratégicos.

Ao optar pela política de desenvolvimento territorial, especialmente com características da ruralidade brasileira, o Governo Federal buscou trabalhar com as

dimensões física, socioeconômica/ambiental e político-institucional. Conforme José Graziano da Silva, Maya Takagie e Ana Claudia Santos (2010), isso teria se dado por três razões. Primeiro porque os territórios demarcados pelo Programa estão localizados em regiões com as mesmas características climatológicas e geográficas (dimensão física). Segundo, porque as regiões são caracterizadas pela predominância do cultivo ou exploração de certas culturas ou de fatores econômicos específicos de geração de renda e divisas (dimensão socioeconômica/ambiental). Ademais, muitas dessas regiões já apresentavam alguma relação política governamental e/ou histórico de movimento social organizado (dimensão político-institucional), como é o caso da Região do Bico do Papagaio.

1.2 O Território da Cidadania do Bico do Papagaio: precedentes históricos e condições socioeconômicas.

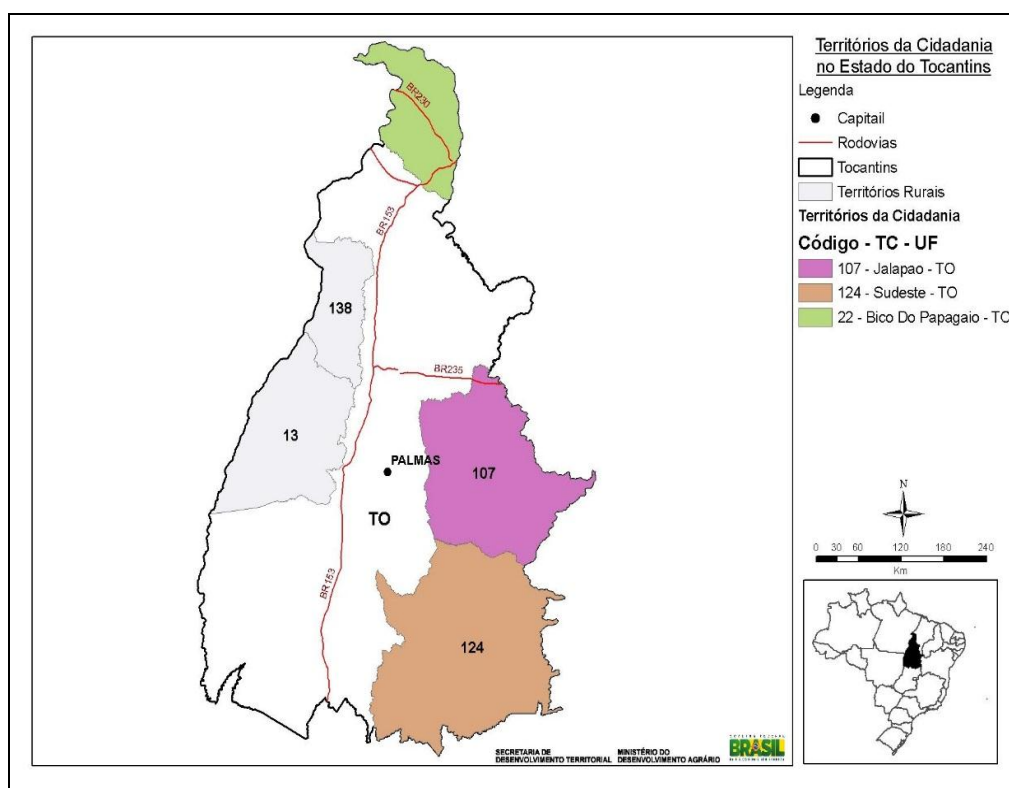
No Estado do Tocantins, os Territórios de Identidade Rural demarcados foram o Bico do Papagaio, com 12 municípios, e a APA Cantão, com oito municípios. No que diz respeito ao estado, municípios e organizações da sociedade civil, esses dois territórios já contavam com avançado processo de integração. Como se trata de uma área de proteção ambiental, no Território da APA Cantão as políticas e pautas convergiam para a questão ambiental, tanto por parte dos governos como dos movimentos sociais. No Bico do Papagaio, por seu turno, já existia uma associação dos 12 municípios e uma coordenação sindical, que organizava e coordenava as lutas e as pautas de reivindicação junto aos governos.

A Região do Bico do Papagaio, desde a sua ocupação ainda nas décadas de 1950/60, sempre teve forte participação social, e na grande maioria das vezes conflituosa entre agricultores familiares (posseiros, arrendatários, parceiros, pequenos proprietários, extrativistas, sindicalistas entre outros) e grandes e médios produtores, grileiros e agentes públicos. Para Waldecy Rodrigues (2014) e Paulo Henrique Costa Mattos (2004), dessa relação conflituosa formou-se um tecido de lideranças rurais, sindicalistas, agentes de pastorais, Organizações não Governamentais e associações de produtores e extrativistas, de sorte que ao longo

de mais de 60 anos de história constituíram-se e estabeleceram-se aspectos organizacionais que diferenciam a Região do Bico do Papagaio dos demais Territórios da Cidadania do Tocantins².

O registro das histórias locais e a compreensão dos elementos culturais de identidade territorial constituem uma informação fundamental para entender as relações que se cristalizam no território, sendo seu conhecimento imprescindível para qualquer estratégia de desenvolvimento local (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010, p. 217).

Figura 4 - Mapa da localização dos Territórios da Cidadania do Estado do Tocantins



Fonte: SIT/MDA.

Waldecy Rodrigues (2014) e Paulo Henrique Costa Mattos (2004) relatam a importância da Guerrilha do Araguaia na formação do tecido social, bem como para a luta e resistência por parte de posseiros, arrendatários, parceiros, pequenos proprietários, extrativistas, sindicalistas entre outros, pela posse da terra e regularização fundiária, desde a segunda metade do século XX. A partir da chegada da Comissão Pastoral de Terra (CPT) à região, iniciou-se um processo de

²Como ilustra a *figura 4*, no estado do Tocantins há três Territórios da Cidadania: do Bico do Papagaio, composto por 25 municípios; do Jalapão, composto por oito municípios; e do Sudeste, composto por 21 municípios. Cada um com suas características específicas, porém com predominância da agricultura familiar.

organização e coordenação das lutas. Segundo Waldecy Rodrigues (2014), por decorrência disso, na década de 1980 os pequenos agricultores criaram vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região, a exemplo daqueles de Itaguatins, São Sebastião, Axixá do Tocantins, entre outros, tendo como bandeiras principais a luta pela posse da terra, pela regularização fundiária e pela reforma agrária.

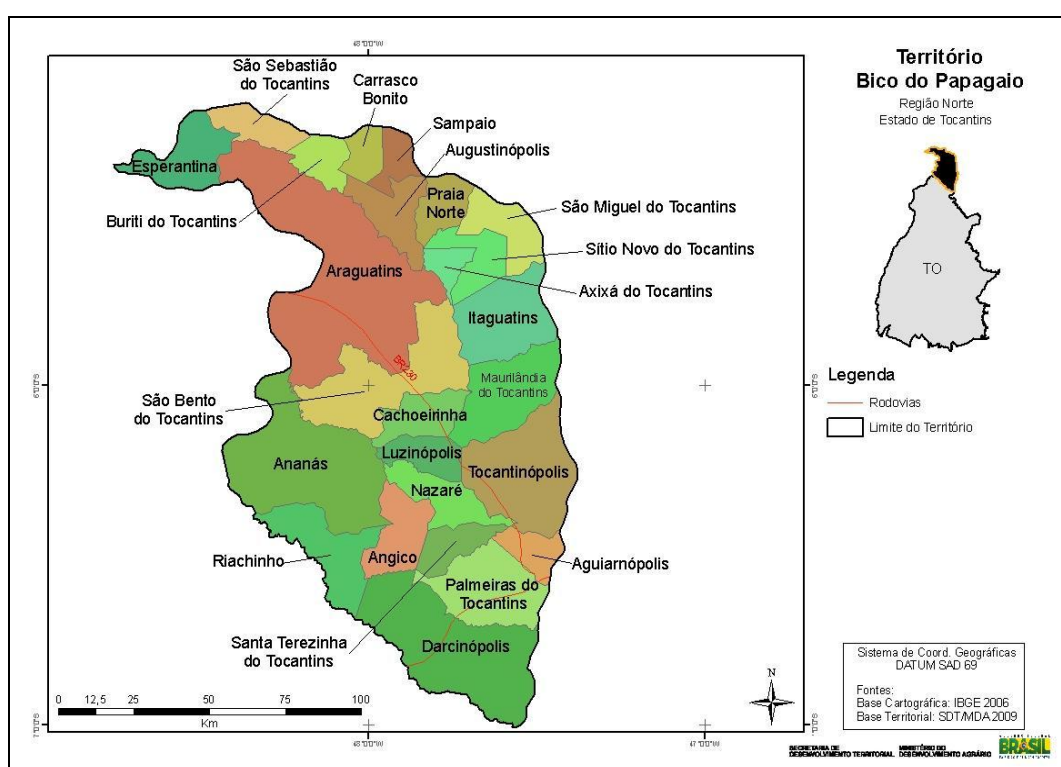
O desdobramento dessa luta foi realmente promissor. De acordo com Waldecy Rodrigues (2014), ainda na segunda metade da década de 1980, o Governo Federal, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), iniciou um processo de desapropriação de latifúndios improdutivos e assentamento de famílias de agricultores sem terra, ou que foram expulsos de suas áreas por pistoleiros a mando de fazendeiros. A partir da segunda metade da década de 1990, acrescenta, com as organizações dos agricultores familiares já consolidadas e muitas famílias assentadas, o movimento sindical passou a pleitear políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, tendo no crédito rural a principal bandeira de luta. Para o autor, os primeiros financiamentos para as famílias assentadas foram feitos por meio do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e para os pequenos agricultores proprietários de terra, por intermédio do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Nessa trajetória de lutas e conquistas, o movimento sindical foi organizando sua pauta de reivindicação e pressionando o Governo Federal para a implementação de um programa que não se limitasse ao financiamento da produção. Assim, em 28 de julho de 1996, por meio do Decreto 1.946, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um importante instrumento de promoção do desenvolvimento local, uma vez que financia a produção da agricultura familiar, mas também infraestrutura e serviços municipais, além de capacitação e pesquisa³. Como destaca Waldecy Rodrigues (2014), desde então, o PRONAF tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares.

³ Cabe lembrar que no ano de 1996 apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas. A ampliação do programa para as áreas de infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa só ocorreu a partir de 1997, quando o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o território nacional. Para maiores detalhes, ver Rodrigues (2014).

Esse conjunto de fatos históricos, que contribuiu decisivamente para a constituição do tecido social, político e institucional da Região do Bico do Papagaio, via-de-regra, corroborou para que ali, em 2003, fosse criado pelo MDA, o primeiro Território de Identidade Rural, congregando 12 municípios. Posteriormente, mais precisamente em 2008, o MDA o elevou à categoria de Território da Cidadania, implantando na região o Território da Cidadania do Bico do Papagaio (TCBP), agregando outros 13 municípios, totalizando 25, conforme ilustra a *Figura 5*.

Figura 5 - Mapa dos municípios que compõem o Território do Bico do Papagaio

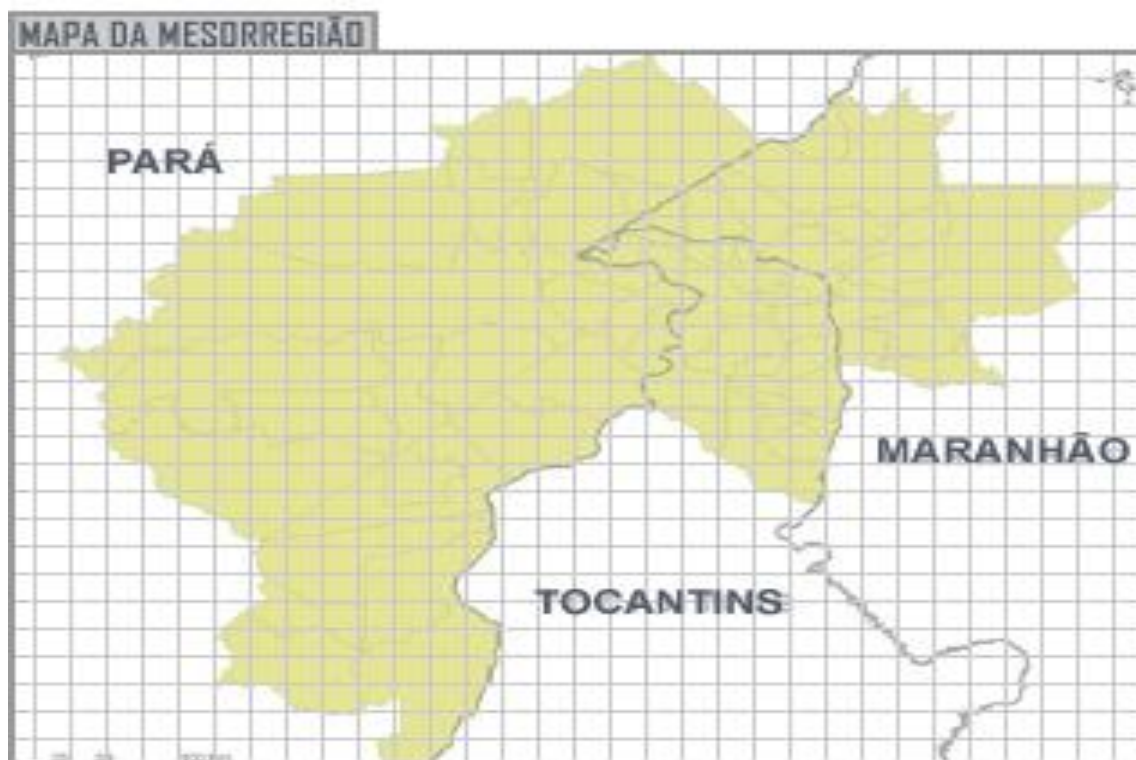


Fonte: SIT/MDA.

Como ilustra a *figura 6*, o TCBP está localizado na região da tríplice fronteira no Extremo Norte do Estado do Tocantins com o Maranhão e o Pará. A região, desde meados do século XX, é marcada pelo conflito agrário entre posseiros e grileiros disfarçados de fazendeiros/proprietários, que se apropriaram de terras devolutas. Considerando as suas características, toda a Região do Bico do Papagaio poderia ser dada como um Território, incluindo os três estados. No entanto, como mencionado por José Graziano da Silva, Maya Takagie e Ana Claudia Santos (2010), as divisões político-administrativas não levam em conta as relações já estabelecidas por questões geográficas, ambientais ou pelas organizações da

sociedade. Considerando os aspectos geográficos, a região é caracterizada por ser uma área de transição entre a Floresta Amazônica do Norte do País com o Cerrado do Centro Oeste.

Figura 6 - Mapa de localização da região do Bico do Papagaio



Fonte: GONÇALVES et all (2010).

Considerando o histórico da Região, o que se pretendia com a implantação do TCBP era promover o desenvolvimento sustentável no território, por meio da universalização dos programas básicos de cidadania e da integração de ações entre governo federal, estado e municípios, além de acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia. Pode-se afirmar que o objetivo do Programa de universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável foi alcançado? A participação social e a integração de ações entre governo federal, estado e municípios foram fundamentais para a construção dessa estratégia? Entre outras abordagens, o próximo capítulo tem como objetivo responder a essas questões.

II ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO BICO DO PAPAGAIO

Como abordado anteriormente, a implantação do PTC foi baseada numa estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, cujo objetivo, como já ressaltado, é, sobretudo, promover o abrandamento da pobreza e das desigualdades sociais. Como tal, propõe ampliar a oferta dos programas básicos de cidadania, contemplando inclusão e integração produtivas das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis e a valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações. A participação da sociedade civil organizada e a integração de ações entre as diferentes esferas de governo seriam fundamentais para a efetivação dessa estratégia. Neste capítulo, busca-se analisar o alcance dessa estratégia no que diz respeito à implantação do Território da Cidadania do Bico do Papagaio, contemplando um balanço dos recursos previstos, disponibilizados e aplicados na região, com vistas a avaliar se as metas foram alcançadas.

2.1. Da universalização dos programas básicos de cidadania e da inclusão produtiva das populações pobres e vulneráveis

Sem dúvida, uma das estratégias fundamentais do PTC é a busca de universalização dos programas básicos de cidadania. Ela seria imprescindível para o propósito de promover e acelerar a superação da pobreza e as desigualdades sociais no meio rural. Mas, como se daria a universalização dos programas básicos de cidadania? A resposta a esta pergunta pode ser encontrada no decreto que instituiu o PTC, pois, em seu artigo segundo, ele estabeleceu que o seu objetivo seria acelerar a superação da pobreza e as desigualdades sociais no meio rural, contemplando, entre outras medidas, a ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania e a inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais (BRASIL, 2008).

Pode-se afirmar que o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, por meio da ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania e da inclusão

produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis do TCBP foi alcançado? A resposta a esta pergunta depende de uma análise detalhada das políticas públicas implementadas na Região e dos recursos aplicados. A começar pelas Transferências Constitucionais Obrigatórias (TCO).

Como é sabido, os recursos arrecadados pelo governo por meio de tributos têm como base legal o Art. 145 da Constituição Federal de 1988, o Art. 3º da Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 e o artigo 5º do Código Tributário Nacional. Cada ente federado é responsável pela cobrança dos impostos, taxas e contribuições de acordo com sua competência jurisdicional. Apesar de a arrecadação ocorrer nos Estados e Municípios, ela se concentra com a União, que é responsável pelas TCO para os Estados e para o Distrito Federal por meio do Fundo de Participação do Estado (FPE) e para os Municípios por meio do Fundo de Participação do Município (FPM).

Tabela 1 - Evolução das TCO da União para Estados (FPE) e Municípios (FPM) - Brasil, Tocantins e TCBP 2008-2015

Ano	Brasil	Tocantins	TCBP
2008	83.541.921.077,00	2.111.118.111,72	135.131.902,90
2009	148.751.000.000,00	2.242.522.716,72	134.339.540,72
2010	94.373.911.973,72	2.036.132.475,43	143.366.004,00
2011	110.426.000.000,00	2.718.810.763,81	177.985.355,20
2012	116.154.000.000,00	2.799.193.428,69	186.540.661,00
2013	115.468.000.000,00	2.993.196.543,73	204.535.220,32
2014	134.720.000.000,00	3.258.011.760,83	225.991.177,38
2015	130.469.000.000,00	3.399.768.862,81	244.758.858,70
Varição % 2008-2015	56,17	61,04	81,13

Fonte: Adaptado de Brasil – Tesouro Nacional (2016).

Neste sentido, a evolução das TCO no período de 2008 a 2015 foi positiva nos três níveis estudados (Brasil, Tocantins e TCBP). Não obstante, elas foram mais

generosas com o TCBP. Como pode ser visto na *Tabela 1*, enquanto as TCO para outros estados e para o Tocantins evoluíram 56,17% e 61,04%, respectivamente, para o TCBP a variação no período superou a marca dos 81%. Indiscutivelmente, essa evolução positiva no volume de TCO para o TCBP deve ter colaborado para melhorar os indicadores sociais da região.

Na perspectiva da universalização dos programas básicos de cidadania, deve-se considerar também o Programa Bolsa Família (PBF), que foi criado em 2003 como um dos componentes da chamada rede de proteção social, com o objetivo de beneficiar as regiões e as pessoas mais pobres. Esperava-se com ele não só melhorar a estrutura distributiva, mas especialmente reduzir a população de pobres e extremamente pobres do país (BRASIL, 2004).

O PBF tem sido uma das políticas públicas mais discutidas na última década, seja na academia, nos debates políticos, rodas de conversas e principalmente como um programa que tem revolucionado a transferência de renda por parte do governo para famílias em estado de vulnerabilidade social e nutricional. Luis Henrique Paiva, Tiago Falcão e Letícia Bartholo (2013), ao analisarem os recursos investidos pelo governo federal por meio desse Programa, além da melhoria da qualidade de vida e da superação da pobreza extrema de famílias participantes, apontam também os avanços nas relações interfederativas, bem como na eficácia do sistema de controle das políticas sociais no Brasil, a partir da inserção no Cadastro Único (CadÚnico) e no Sistema de Acompanhamento de Condicionalidades (SICON).

A implementação interfederativa, marca do programa, respondeu à diretriz de descentralização político-administrativa, constitucionalmente prevista para a área de assistência social. Mais importante, permitiu uma parceria do governo federal com governos municipais e estaduais, imprescindível para a efetividade do trabalho com a população vulnerável, e fortaleceu o Suas, confiando a ele papel crucial no Bolsa Família e dando a ele instrumentos fundamentais e até então inexistentes (como o CadÚnico e o Sistema de Acompanhamento de Condicionalidades – Sicon). (...) O programa também adotou inovações institucionais que ganharam destaque, incluindo seu engenhoso mecanismo de focalização – simples, transparente e tão eficaz quanto mecanismos mais complexos e sofisticados adotados em outros programas de transferência condicionada de renda que se tornaram referência na América Latina. A crescente literatura acadêmica sobre o programa

também revelou impactos positivos, entre outros, na redução da pobreza e da desigualdade; e na melhoria de indicadores educacionais e de saúde; além de desmistificar os receios de que o Bolsa Família pudesse reduzir a participação dos seus beneficiários no mercado de trabalho ou aumentar a fecundidade entre as beneficiárias (PAIVA, FALCÃO e BARTHOLLO 2013, p.42-43).

Tabela 2 -Número de famílias beneficiadas pelo PBF –TCBP - 2008-2013

Ano	Brasil	Tocantins	TCBP
2008	10.557.996	103.582	19.714
2009	12.370.915	122.609	24.666
2010	12.778.220	128.432	26.229
2011	13.352.306	131.714	26.674
2012	13.902.155	139.690	28.003
2013	13.841.665	137.164	34.065
Varição % 2008-2013	31,1	32,4	72,8

Fonte: Adaptado de Brasil/MDS (2015) e SEPLAN/TO (2015).

No TCBP é nítido o esforço do Governo Federal no sentido de promover e acelerar a superação da pobreza e as desigualdades sociais por meio da difusão do PBF. Tanto é verdade que os dados da *Tabela 2* permitem observar que houve uma variação positiva do número de famílias beneficiadas no período 2008–2013, da ordem de 73%, superior aos índices estadual e federal, cujas variações foram de 31% e 32%, respectivamente. Mesmo que nem toda a população potencial do Território tenha sido beneficiada, esses dados corroboraram com o propósito da busca de superação da pobreza e das desigualdades, além de dinamizar a economia local, visto que injeta cerca de R\$ 70 milhões ao ano na região.

Na perspectiva da universalização dos programas básicos de cidadania, devem-se considerar também projetos e ações voltados para a educação e saúde e para as questões de gênero, raça e etnia. Sem sombra de dúvidas, iniciativas com estes vieses colaboram com o empoderamento e com a consequente melhoria dos extratos sociais mais vulneráveis. Um olhar para as Matrizes de Ações e para os Planos de Execução do TCBP no período 2009-2015 permitem observar os investimentos do Governo Federal nestas áreas no TCBP, da ordem de R\$ 94 milhões, como mostram os dados do *quadro 2*.

Quadro 2 - Investimentos do governo federal - TCBP 2009-2015

Foco das ações	Ações	Valor Executado
Educação	Apoio à Formação Profissional Pronatec Campo	3.457.600,00
	Construção e ampliação de Escolas no Campo	4.831.154,20
	Laboratórios de Informática p/Escolas no Campo	7.263.388,00
	Programa Mais Educação Campo	5.862.667,79
	Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet	42.098,20
	ProInfância	36.938.061,90
	PROINFO-Projetores entregues execução direta FNDE. Cumulativo 2011-2014. Escolas estaduais	140.310,00
	PROINFO - Projetores adquiridos por meio do PAR com recursos do FNDE. Cumulativo 06/2012-07/2014. Escolas Municipais	352.225,00
	Caminho da Escola. Cumulativo 2008-2015	14.333.650,00
	Quadras poliesportivas. Cumulativa 2011-2014	12.721.367,60
	Brasil Carinhoso. Cumulativo 2012 - 2014	1.409.724,00
Saúde	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	1.532.754,36
	Piso de Atenção Básica Fixo	4.495.214,50
	Vacinas para Prevenção e Controle de Doenças	49.406,84
Gênero, raça e etnia	Aquisição de Unidades Móveis de Acolhimento às Mulheres do Campo e da Floresta	247.500,00
	Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais	96.106,03
Total		93.773.228,42

Fonte: Adaptado de Brasil - Matriz de Ações e Plano de Execução (2009 –2015).

Para além da ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania, a promoção do desenvolvimento requer a inclusão produtiva das populações pobres e dos extratos sociais mais vulneráveis do meio rural, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais. Sem dúvida, o passo inicial para esta inclusão é a questão da terra. Como abordado no primeiro capítulo, o TCBP se insere num contexto de luta pela terra, envolvendo agricultores familiares (posseiros, arrendatários, parceiros, pequenos proprietários, extrativistas, sindicalistas, entre outros) e grandes e médios produtores, grileiros e agentes públicos. A solução dessa problemática por meio de uma política de reforma agrária, porquanto, seria de fundamental importância para a região.

Tabela 3 -Política de Reforma Agrária TCBP 2000–2015 – Dados acumulados

Variável	2000	2005	2010	2015
Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária	4.699	5.390	5.948	6.181
Número de Projetos - Reforma Agrária	75	93	106	109
Área Reformada (em hectares)	173.515	203.954	243.299	252.769

Fonte: INCRA - Relatórios SIPRA (2016).

Deste ponto de vista, como fora abordado no primeiro capítulo, desde meados da década de 1980 tem início na Região do Bico do Papagaio um processo de desapropriação de latifúndios improdutivos, com a promoção de assentamentos de famílias de agricultores sem terra, processo este que se seguiu na década de 1990, como resultado da organização e da luta desses trabalhadores. De lá para cá, pelo menos mais 1.500 famílias conquistaram o direito à propriedade de terra na região, totalizando 6.181 famílias assentadas até 2015, como mostra a *Tabela 3*.

Quadro 3 - Investimentos do Governo Federal - TCBP 2009–2015

Foco das ações	Ações	Valor executado
Desenvolvimento Agrário	Habitação Rural	6.030.000,00
	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	376.173,00
	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	15.115.161,50
	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos Fundo de Terras	771.033,15
	Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Socio-Produtivas da Agricultura Familiar	73.846,00
	Serviços de recuperação de estradas vicinais	200.000,00
	Apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do pescado e da mandioca	600.000,00
	Aquisição de caminhão, veículos, equipamentos, trator e implementos agrícolas	830.673,00
	Crédito Fundiário - Município*	13.553.310,48
	Programa de Financiamento da Agricultura Familiar**	179.972.229,45
	Demais Linhas de Crédito Rural (Custeio e Investimento)**	347.671.578,07
Desenvolvimento Social	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil sem Miséria ***	7.032.789,33
	Programa de apoio ao artesanato em Jatobá e Babaçu	112.000,00
Total		572.338.793,98

* Nota: dados de 2013 e 2014; ** dados de 2013 e 2015 - CONAB e RURALTINS (dados de 2011 e 2014); *** dados de 2011 a 2015. Fonte: Adaptado de Brasil - Matriz de Ações e Plano de Execução (2009–2015).

Obviamente, uma política de assentamento para efeito de reforma agrária não seria eficiente se ela não viesse acompanhada de ações de apoio à permanência da população no campo, especialmente dos agricultores familiares. Inserem-se neste contexto, políticas de crédito, de assistência técnica e de garantia de preço. Nesta perspectiva, um olhar para as Matrizes de Ações e para os Planos de Execução do TCBP no período 2009-2015 permitem observar os investimentos do Governo Federal nestas áreas no TCBP, da ordem de R\$ 572 milhões, como mostram os dados do *Quadro 3*.

Como pode ser observado no *Quadro 2*, foram investidos valores importantes em infraestrutura, equipamentos, maquinários, fortalecimento de cadeias produtivas e no financiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar. Nesta perspectiva, todos os municípios do TCBP receberam uma patrulha agrícola, contendo trator equipado, pá-carregadeira, caminhão tipo caçamba e moto-niveladora, cujo objetivo foi apoiar o desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar. Na área da habitação é notória a melhoria das condições das moradias, especialmente nas áreas de assentamento, povoados e nos centros urbanos por meio do programa Minha Casa Minha Vida. Na área da educação, todos os municípios foram beneficiados com pelo menos uma Creche e um ginásio de esporte, além de equipamentos para todas as unidades escolares (municipais e estaduais), sendo que alguns receberam também Escolas Família Agrícola.

Para além desses investimentos públicos federais, o governo do estado disponibiliza um conjunto significativo de técnicos para o atendimento dos agricultores familiares. Dados do portal do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS, 2015), responsável pelo serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública do Estado do Tocantins, indicam que 89 técnicos estão à disposição dos agricultores familiares no TCPP, sendo 64 extensionistas e 25 da equipe de apoio. Mas é sabido também que na região existe um contingente adicional de técnicos de empresas privadas, autônomos e das prefeituras que também atendem os agricultores do TCBP. Neste sentido, dados do MDA (2015) indicam que há 177 técnicos extensionistas na região, o que equivale a 56,94

famílias por técnico, dentro, portanto, dos parâmetros preconizados pelos Princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que no caso da Região Norte de Tocantins é de no máximo 80 famílias por técnico.

Tabela 4 - Dados demográficos TCBP, Tocantins e Brasil 2000–2015 – (mil hab.)

Período	TCBP			TOCANTINS			BRASIL		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2000	111	63	174	860	297	1.157	137.954	31.845	169.799
2010	130	67	196	1.090	293	1.383	160.926	29.830	190.756
2015*	139	68	208	1.224	291	1.496	172.412	28.822	201.234
Variação % 2000 - 2015	25,6	8,0	19,3	42,3	-2,1	29,3	25,0	-9,5	18,5

* Estimados com base na taxa de variação do período 2000 – 2010. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000 – 2010).

O efeito da política de assentamento e programas de apoio à permanência da população no campo foi visível. Os dados demográficos da *Tabela 4* mostram que a população total do TCBP cresceu 19,3%, passando de 174 mil em 2000 para 208 mil em 2015. No período, o crescimento da população total do Território foi semelhante à taxa nacional (18,5%) e inferior à do Estado de Tocantins, que foi de 29,3%. Cabe observar, porém, que enquanto no Estado do Tocantins e no Brasil houve retração da população rural de 2,1% e 9,5%, respectivamente, no TCBP houve um acréscimo da ordem de 8%. Ou seja, enquanto o Estado do Tocantins e o Brasil apresentaram um decréscimo de sua população rural, o TCBP foi à contramão, numa clara demonstração da importância de se discutir o desenvolvimento com olhar para a ruralidade do território.

2.2. Da participação social e da integração entre federação, estado e municípios

No primeiro capítulo foi demonstrado que a temática do desenvolvimento territorial com controle social e integração de entes federativos ganhou força no Brasil a partir de 2003. Inicialmente com a implantação dos Territórios de Identidade Rural e posteriormente com o lançamento do PTC. Em lugar do município, esses Programas concebem o desenvolvimento com base em regiões com características

semelhantes, geralmente com baixo índice de desenvolvimento econômico, social e humano; baixo nível de investimento governamental e poucos equipamentos públicos, além do isolamento e da dependência de repasses do Fundo de Participação dos Municípios. Nesta perspectiva, visam integrar ações para mudar a realidade.

De acordo com o PTC, a participação social e a integração de ações entre governo federal, estado e municípios seriam fundamentais para a construção da estratégia de promover o desenvolvimento econômico por meio da busca de universalização dos programas básicos de cidadania e da inclusão produtiva das populações pobres do território. Esse processo se consolidaria por meio da criação e atuação do CAE e do CT. O primeiro seria formado por integrantes dos órgãos federais que atuam no Estado com a temática do desenvolvimento rural, representantes dos órgãos estaduais indicados pelo Governo do Estado, mais os representantes das prefeituras dos três Territórios da Cidadania existentes no Estado do Tocantins. O segundo seria formado por representantes governamentais e pela sociedade civil organizada (BRASIL, 2009). Além de integrar políticas públicas com base no planejamento territorial e ampliar os mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios, o CAE e o CT cumpririam a missão de valorizar a diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações, vistas como estratégias fundamentais para o desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2008).

Mais precisamente, o CAE seria composto por 17 integrantes, sendo doze representantes do Governo Federal, três do Governo Estadual e dois representantes dos Governos Municipais do Território. O CT, por sua vez, seria constituído por quatro representantes do Governo Federal, quatro representantes do Governo Estadual, oito representantes de entidades ligadas aos movimentos sociais com atuação estadual, regional e/ou nacional e dois representantes de cada Município do Território, sendo um do poder público local e outro da sociedade civil. Enquanto o primeiro teria como atribuições apoiar a organização nos Territórios, fomentar a articulação e a integração das diversas políticas públicas e acompanhar a execução

das ações do Programa, o segundo teria como missão definir o Plano de Desenvolvimento do Território, identificar necessidades, discutir alternativas, pactuar ações específicas e promover a integração de esforços, além de exercer o controle social do Programa (BRASIL, 2009).

O CAE foi constituído logo no primeiro semestre de 2008 e passou por mais três alterações quanto ao número de integrantes, bem como em relação à representatividade entre os três entes federados. Inicialmente, a composição foi de 17 integrantes, sendo doze representantes do Governo Federal, três do Governo Estadual e dois representantes dos Governos Municipais do Território. Depois, a composição passou a ser com 30 integrantes, sendo quinze do Governo Federal, treze do Governo Estadual e dois dos Governos Municipais. Posteriormente, passou a ser composto por 32 membros, com mais dois integrantes representando o governo federal, sendo que os demais entes federados permaneceram com a mesma composição. A partir de 2010, com a criação de mais dois Territórios da Cidadania no Estado do Tocantins, o CAE passou a ter 35 membros, tendo cada território um representante dos Governos Municipais e os demais permanecendo com a mesma composição.

No que diz respeito ao CAE, sabe-se que ele não só foi constituído efetivamente, uma vez que todos os representantes foram indicados pelas instâncias de governo competentes, como teve papel importante na implantação do PTC no Estado de Tocantins, quando, além de coordenar o processo por meio da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Tocantins, o Governo Federal contratou um assessor/articulador territorial, ocasião em que o Governo Estadual disponibilizou servidores da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do RURALTINS para integrarem a equipe de mobilização e implementação do Programa e os Gestores Municipais disponibilizaram servidores das Secretarias de Agricultura (ou similares) ou, em alguns casos, eles próprios integraram a equipe. Ressalta-se a percepção quanto à capacidade de decisão desses representantes da esfera pública no CT, descrita por Waldecy Rodrigues (2014) como entre média alta e alta.

Não obstante esta participação importante dos representantes do CAE na fase de implantação do Programa, ele não cumpriu o papel de articulação ao nível

estadual para que a política de desenvolvimento territorial se tornasse um instrumento e um espaço de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas nos territórios. Esta é a percepção dos representantes da sociedade civil no CT. Quando perguntado a eles se os integrantes da esfera pública apoiam a organização e a mobilização do CT, se fomentam a integração das diversas políticas públicas no território e se acompanham a execução das ações do Programa, a participação deles foi avaliada como boa ou ótima por pouco mais de 1/3 dos entrevistados em média, como ilustram os dados da tabela 5. Os representantes do Governo Federal foram melhores avaliados (43,3% boa e ótima), em contraposição as representantes do Governo Estadual e dos Governos Municipais, cujas avaliações se destacaram como péssima e ruim: 44,5% e 46,60%, respectivamente⁴.

Tabela 5 - Avaliação da participação da esfera pública no CT – TCBP 2009–2015 (Em %)

Avaliação dos Representantes	Péssima	Ruim	Regular	Boa	Ótima
Do governo federal	11,1	4,4	31,1	40,0	13,3
Do governo estadual	26,7	17,8	35,6	17,8	2,2
Das prefeituras	22,2	24,4	22,2	22,2	8,9
Média	20,0	15,6	29,6	26,7	8,1

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Cabe lembrar que o Decreto 11.503, de 25 de fevereiro de 2008, que criou o PTC, apenas faz indicações, em seu Art. 7º, para que sejam criados CAE. O fato de não serem obrigatórios contribui com o baixo comprometimento dos governos estaduais com o Programa. No caso do Tocantins, apesar de ter criado o CAE, o governo estadual não incorporou políticas de cunho estadual para serem discutidas e deliberadas nas instâncias do CAE, tampouco do CT. Soma-se o fato que os representantes do Governo do Estado no Comitê não são diretamente relacionados com a execução do Programa nos Territórios demarcados.

No que diz respeito ao CT, observa-se que ele foi devidamente composto por 66 membros, sendo quatro representantes do governo federal, quatro representantes do governo estadual, oito representantes de entidades ligadas aos

⁴ Para a formatação desta tabela foi aplicado um questionário (ANEXO) junto a representantes da sociedade civil no CT. De um total de 33 representantes, 15 responderam o questionário.

movimentos sociais com atuação estadual, regional e/ou nacional e 50 representantes dos 25 municípios que compõe o TCBP, sendo 25 representantes do poder público local e 25 da sociedade civil, cada titular com dois suplentes. Constitui-se, porquanto, num amplo espaço de discussão, planejamento e execução de ações e políticas públicas, tendo como princípios o diálogo e a construção de consensos para a promoção do desenvolvimento do Território.

Não se pode dizer, porém, que ele foi igualmente eficiente no que diz respeito ao cumprimento dos seus objetivos. A começar pelo elevado índice de ausências dos representantes nas reuniões. Como ilustra Waldecy Rodrigues (2014, p. 73), a estimativa é que a maioria dos integrantes do CT compareceu apenas à metade das suas reuniões. A tese aqui defendida, porquanto, é que ele ficou longe de se constituir verdadeiramente com um espaço de discussão, planejamento e execução das ações para o desenvolvimento do TCBP.

Como demonstrado no primeiro capítulo, anualmente, o CT discute a Matriz de Ações, a partir do qual o Governo Federal incorpora ajustes e complementações, gerando o Plano de Execução, que é a base para o monitoramento e o controle social das ações realizadas no território, por meio do Relatório de Execução do Programa (BRASIL, 2009). Ao garantir a participação e a cooperação de todos os atores locais, a estratégia se constitui numa ferramenta fundamental para a promoção do desenvolvimento local, criando uma cultura democrática de construção, implementação e gestão de políticas públicas em benefício da cidadania (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

Neste sentido, o desafio para o TCBP é compatibilizar as demandas locais dentro de uma única matriz com metas pré-definidas. Em geral, os representantes das prefeituras vêm para o CT com a missão de defender interesses específicos de sua municipalidade, especialmente no tocante a necessidades emergenciais, deixando em segundo plano a integração do município ao Território. Eles veem no Programa a possibilidade de resolver suas prioridades, que nem sempre são aquelas percebidas e defendidas pelos representantes da sociedade civil. Como possuem instâncias responsáveis pela condução das políticas e demandas voltadas

para a temática, os representantes dos entes federados (federal e estadual) atuam de forma mais qualificada e agem como se fossem os coordenadores do Programa.

De acordo Waldecy Rodrigues (2014), quando perguntado sobre os mecanismos para a tomada de decisões do CT, quase que a totalidade dos seus membros respondeu que os projetos são definidos em votação por maioria, ou seja, pelo princípio da democracia. No entanto, essa mesma maioria (aproximadamente 70% dos entrevistados) aponta como baixa a participação dos conselhos municipais nas decisões das políticas ali deliberadas. Por conta disso, as propostas aprovadas nem sempre são aquelas de maior interesse dos gestores municipais, de tal sorte que como a implementação depende do empenho deles, às vezes são negligenciados⁵.

É importante observar também que a composição do CT muitas vezes sofre alterações, especialmente na representação governamental, em função das eleições alternadas (Municipal e Estadual e Federal), com alto índice de mudanças. Salienta-se que essas mudanças não são apenas de pessoas, mas também quanto à forma de compreensão e comprometimento com o planejamento e as prioridades definidas em gestões anteriores, uma vez que quem participa das discussões e da composição dos colegiados são pessoas que atuam em órgãos ligados à temática, enquanto as eleições às vezes são disputadas e ganhas por aquelas com pouca ou nenhuma relação com ela.

Os integrantes da sociedade civil, por sua vez, não dispõem de instrumentos legais, financeiros, metodológicos, tempo de dedicação e recursos para uma efetiva participação. A organização social nos 12 municípios que formavam o Território de Identidade Rural formou lideranças com boa capacidade de intervenção e debate, mas os representantes dos demais municípios que se somaram ao TCBP em geral são menos experientes, especialmente aqueles dirigentes de associações de agricultores, que têm atuação local, mas não compreende a conjuntura regional, tampouco que o CT é um espaço de disputas de interesses e poder. Se do ponto de

⁵Este é caso da Escola Família Agrícola de Esperantina, concluída em 2010, mas que só veio a funcionar a partir de abril de 2016, por conta de divergências entre a prefeitura e a Associação de Pais, que conforme o projeto aprovado no CT deveria ser a responsável pela gestão.

vista da sua composição, pode-se afirmar que ocorreu conforme o previsto, o mesmo não pode ser dito quanto à capacidade de compreensão da política e do processo de decisões por parte dos representantes da sociedade civil. Neste sentido, Waldecy Rodrigues (2014), ao fazer uma avaliação da efetividade do TCBP, constatou que havia uma rotatividade na composição do colegiado, exatamente por essa falta de compreensão do processo e do papel dos integrantes dentro do CT.

Percebe-se que o problema é antigo e que nem sempre está associado à baixa capacidade de intervenção dos membros da sociedade civil, mas principalmente pela influência e interferência dos gestores públicos no funcionamento dos Conselhos. Como prevê o Art. 4º do Decreto 11.503 de 25 de fevereiro de 2008, os recursos aplicados nas regiões definidas como Territórios da Cidadania, em sua grande maioria, são de investimentos e custeio das atividades ligadas às gestões públicas. O mesmo Decreto prevê a criação de instancias deliberativa com a participação da sociedade civil por meio de seus representantes, mas a decisão final da liberação dos recursos continua sendo de responsabilidade dos gestores públicos, seja de nível federal, estadual ou municipal.

Segundo dados da pesquisa documental, em 2008 e 2009 foram realizados oficinas e reuniões de capacitações para os membros do CT. Com isso os integrantes da sociedade civil passaram a ter mais controle sobre o processo de priorização e liberação dos recursos, mas, por outro lado, muitos membros representantes dos gestores públicos municipais foram se afastando das reuniões. Rodrigues elencou vários problemas que prejudicam o desempenho do CT, mas destacou que a baixa participação dos gestores públicos é, de longe, o maior deles. “Essa percepção é potencializada em relação às outras devido à necessidade desses gestores para a resolução de boa parte dos problemas locais” (RODRIGUES 2014 p. 79). Entre as consequências desse baixo interesse dos gestores públicos nas discussões coletivas estão obras inacabadas, bens sendo utilizados para outras finalidades e o enfraquecimento dos conselhos e do próprio CT.

Ao buscar compreender e medir a capacidade institucional das organizações representadas no CT, Waldecy Rodrigues (2014) constatou que aqueles de nível

local têm dificuldades na resolução dos problemas das comunidades e dos produtores, sendo necessária, na maioria das vezes, a atuação de órgãos estaduais e federais em espaços que poderiam ser resolvidos pelos atores locais. Para piorar, acrescenta o autor, o fortalecimento e a capacitação dessas organizações não aparecem como prioridade e sequer são discutidos no CT como estratégias de empoderamento dos agentes locais de desenvolvimento social. Ademais, segundo ele, as principais políticas, projetos e ações discutidas no CT estão voltados para a promoção do desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar, mas a temática da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e do crédito rural também não aparecem sequer como problemas a serem discutidos no espaço do Colegiado.

Soma-se a isso a baixa participação de espectros importantes da comunidade territorial. Contrariando a propositura da inclusão e integração produtiva dos segmentos sociais mais vulneráveis, a participação de representantes de comunidades tradicionais, especialmente indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, no CT é baixa. As discussões a cerca delas pouco têm avançado e o autoreconhecimento dos seus integrantes é recente, de modo que ainda buscam o reconhecimento por parte dos órgãos públicos, a exemplo das iniciativas junto aos Municípios de São Miguel do Tocantins, Esperantina, Araguaatins, Itaguaatins e Praia Norte⁶.

Obviamente, estes fatos ofuscaram o ideário quanto ao propósito do CT do TCBP se constituir num verdadeiro espaço de discussão, planejamento e execução das ações para o desenvolvimento local. A pesquisa documental apontou que, embora alguns ministérios que compõem o CGN tenham inserido em seus editais, pontuações para projetos/propostas com abrangência territorial⁷, no que diz respeito ao TCBP, apenas os recursos provenientes do Programa de Apoio a Infraestrutura nos Territórios (PROINF) da SDT/MDA foram discutidos e os projetos priorizados

⁶Cabe lembrar que até 2016 em todo o TCBP havia apenas uma comunidade reconhecida pela Fundação Palmares que é a Ilha de São Vicente (no rio Araguaia), no Município de Araguaatins e recentemente mais três comunidades (Carrapiché, Ciriaco e Prachata) no município de Esperantina foram certificadas pela Fundação Palmares.

⁷Como exemplo, ver os editais do Ministério da Pesca e Aquicultura (Edital n.º 01/2011, anexo II p. 22, e Edital 02/2011, p. 9).

pelo CT. A Matriz de Ações e o Relatório de Execução fornecem instrumentos para o monitoramento e controle dos recursos, mas, como lembram Armando Fornazier e Walter Belik (2012), a sociedade civil tem dificuldades para acessar e acompanhar a execução de tudo aquilo que pactuado nos planejamentos e projetos.

Esta constatação, aliás, tem demandado das organizações sociais e dos gestores públicos municipais a criação de associações de municípios para fortalecer a representação junto às esferas estadual e federal. No caso do TCBP, os gestores municipais já estão organizados na Associação de Municípios do Bico do Papagaio (AMBIP), mas estão também formalizando um Consórcio Intermunicipal, envolvendo os municípios de Sítio Novo do Tocantins, Axixá do Tocantins, Augustinópolis, Itaguatins e São Miguel do Tocantins, voltado para a política de resíduos sólidos. Já a sociedade civil tem procurado se fortalecer a partir dos encontros e debates territoriais, buscando influenciar nas decisões e fazer com que suas propostas sejam priorizadas no CT.

Assim, se objetivo da implantação do TCBP era promover o desenvolvimento local, por meio da universalização dos programas básicos de cidadania, da participação social e da integração de ações entre governo federal, estado e municípios, pode-se afirmar que a meta de acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais, inclusive as de gênero, raça e etnia, foi alcançada? Entre outras abordagens, o próximo capítulo tem como propósito formular uma resposta a esta pergunta.

III DO IMPACTO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA SOBRE OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

A desigualdade social no Brasil é resultado do processo histórico de colonização. A formação econômica pautada pelo latifúndio, de um lado, e a superexploração do trabalho, de outro, resultou numa série de problemas contemporâneos, notadamente a concentração da riqueza e a sua face mais excludente, a pobreza extrema. Nessa trajetória, até mesmo o Estado, cuja missão prioritária seria proteger o cidadão, violou direitos, colaborando com a conformação de uma estrutura social perversa e injusta.

Apesar dessa herança historicamente perversa e injusta, nos últimos anos o Brasil vem se transformando numa referência em termos de ações de enfrentamento a questão da desigualdade social, da pobreza e da pobreza extrema. Com a redemocratização do país, que teve como decorrência a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, uma série de medidas compensatórias e estruturantes foi sendo implementada no Brasil, consubstanciada pelo marco regulatório dos direitos sociais, a começar pela própria Carta Magna, que no Capítulo II, dos Direitos Sociais, que estabelece:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2015).

O enfrentamento à questão da desigualdade social e da pobreza foi definitivamente incorporado à pauta governamental nos últimos quatro mandatos presidenciais, os dois de Lula (2003–2006 e 2007-2010) e os dois de Dilma (2011–2014 e 2015–2016), ambos do PT. No primeiro mandato de Lula, as ações estavam voltadas para a questão da fome, quando, em seu primeiro pronunciamento como presidente eleito, ele afirma que se ao final do seu mandato cada brasileiro pudesse comer três refeições ao dia, teria cumprido a missão de sua vida (OLIVEIRA, 2014). De lá para cá, uma série de programas foram implementados com o propósito

de reduzir as desigualdades sociais e erradicar a pobreza no Brasil, como Fome Zero, Bolsa Família, PRONAF, PROUNI, FIES, ATER, PAA, Luz para Todos, Brasil Alfabetizado, Brasil Carinhoso e Brasil Sem Miséria etc, além das políticas de valorização do salário mínimo e de fomento à atividade econômica, com a consequente geração de emprego e renda. Entre outras, a consequência desse processo foi a redução da pobreza ao ponto de tirar o Brasil do mapa da fome em 2014, definido pela FAO/ONU.

Nesse percurso, o PTC, do Governo Federal, foi uma iniciativa de grande impacto positivo. Como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, seu objetivo foi promover o desenvolvimento local por meio da universalização dos programas básicos de cidadania, da participação social e da integração de ações entre governo federal, estado e municípios. O resultado esperado era promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Neste capítulo, busca-se analisar o alcance dessa estratégia no que diz respeito à meta de acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais, inclusive as de gênero, raça e etnia.

3.1 Aspectos econômicos

No que diz respeito aos aspectos econômicos, é indiscutível que os investimentos realizados no TCBP, especialmente pelo governo federal, surtiram efeitos desejados. A começar pela variação do PIB. Como pode ser observado na *Tabela 6*, entre 2000 e 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 563% na Microrregião do Bico do Papagaio (MBP), 60% mais que a média nacional (351%) e ligeiramente superior à média do Estado de Tocantins (548%). Dos 25, 14 municípios do Território cresceram mais que o Estado e, com exceção de Ananás, todos eles cresceram mais que o Brasil, com destaque para Luzinópolis, cuja variação no período foi de 1.125%. É importante também observar que essa variação positiva do PIB no TCBP foi bastante superior à inflação do período, de aproximadamente 176%, quando medida pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

Tabela 6 - PIB a preços correntes (Mil Reais) – Brasil, Tocantins e TCBP – 2000 –2013

Local	2000	2005	2010	2013	Variação % 2000 - 2013
Brasil	1.179.482.000	2.147.239.292	3.885.847.000	5.316.453.957	351
Tocantins	3.671.728	9.060.926	16.406.310	23.778.286	548
MBP	263.292	636.595	1.186.950	1.745.214	563
TCBP					
1 Aguiarnópolis	8.955	22.713	65.373	83.465	832
2 Ananás	21.738	48.327	61.614	85.917	295
3 Angico	4.462	11.384	25.124	28.908	548
4 Araguatins	45.305	90.798	193.344	286.374	532
5 Augustinópolis	18.835	50.785	101.837	167.910	791
6 Axixá	13.393	27.334	52.287	80.205	499
7 Buriti	8.917	23.210	49.470	68.127	664
8 Cachoeirinha	2.485	7.638	13.086	17.892	620
9 Carrasco Bonito	4.847	11.642	19.110	27.483	467
10 Darcinópolis	7.236	31.714	39.916	66.473	819
11 Esperantina	8.890	26.022	45.063	68.458	670
12 Itaguatins	9.212	21.341	33.146	42.845	365
13 Luzinópolis	3.005	10.606	20.366	36.807	1.125
14 Maurilândia	3.927	10.283	17.007	24.738	530
15 Nazaré	7.199	16.895	23.943	36.446	406
16 Palmeiras	6.908	17.040	44.548	56.569	719
17 Praia Norte	7.034	18.668	49.057	66.427	844
18 Riachinho	6.628	15.656	24.070	36.417	449
19 Sampaio	3.707	11.049	19.054	27.408	639
20 Santa Terezinha	3.527	9.579	14.732	22.647	542
21 São Bento	4.851	10.222	22.748	34.838	618
22 São Miguel	9.233	21.928	45.839	69.683	655
23 São Sebastião	4.634	11.990	21.493	34.028	634
24 Sitio Novo	12.569	26.229	43.778	64.298	412
25 Tocantinópolis	35.795	83.542	140.945	210.851	489

Fonte: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios 1999 - 2013 - Séries Históricas (Banco SIDRA, tab. 21 e 5.938).

Mais que a evolução do PIB, a estratégia de promover o desenvolvimento local por meio da universalização dos programas básicos de cidadania repercutiu também nos indicadores de desigualdade de renda. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Coeficiente de Gini⁸ apresentaram evolução favorável ao TCBP em comparação tanto ao Estado de Tocantins, quanto ao Brasil. Como se

⁸O IDHM é um número que varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais perto de 1 ele estiver, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa ou município. O coeficiente de Gini, por sua vez, é uma medida que revela o grau de desigualdade de renda de uma população, sendo que quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade na distribuição de renda.

vê na *Tabela 7* todos os municípios do Território tiverem uma variação do IDHM acima da média nacional, com destaque para Santa Terezinha, cuja variação foi de 66,2% no período 2000-2010. Exceto quatro, os demais ficaram acima também da média estadual, que fora de 33,1%. No que diz respeito ao Coeficiente de Gini, apenas seis municipalidades do Território apresentaram desempenho abaixo das médias estadual e nacional, com destaque para Santa Terezinha e São Bento.

Tabela 7 – IDHM e GINI – Brasil, Tocantins, MBP e TCBP – 2000 –2010

Local	IDHM			GINI			
	2000	2010	Δ %	2000	2010	Δ %	
Brasil	0,665	0,727	9,32	0,65	0,61	-5,8	
Tocantins	0,525	0,699	33,1	0,66	0,61	-6,9	
TCBP							
1	Aguiarnópolis	0,466	0,657	19,1	0,62	0,48	-22,6
2	Ananás	0,496	0,671	17,5	0,55	0,48	-12,7
3	Angico	0,485	0,648	35,0	0,52	0,47	-9,6
4	Araguatins	0,432	0,631	40,1	0,60	0,57	-5,0
5	Augustinópolis	0,462	0,670	42,9	0,67	0,52	-22,4
6	Axixá	0,432	0,627	45,1	0,59	0,50	-15,3
7	Buriti	0,462	0,627	35,7	0,62	0,56	-9,7
8	Cachoeirinha	0,443	0,627	42,6	0,49	0,47	-4,1
9	Carrasco Bonito	0,407	0,594	40,5	0,63	0,56	-11,1
10	Darcinópolis	0,410	0,581	38,6	0,46	0,51	10,9
11	Esperantina	0,357	0,570	52,3	0,68	0,55	-19,1
12	Itaguatins	0,378	0,616	58,0	0,51	0,57	11,8
13	Luzinópolis	0,454	0,639	51,8	0,62	0,49	-21,0
14	Maurilândia	0,383	0,580	52,1	0,59	0,52	-11,9
15	Nazaré	0,482	0,643	35,5	0,56	0,52	-7,1
16	Palmeiras	0,435	0,628	50,4	0,66	0,51	-22,7
17	Praia Norte	0,374	0,583	43,4	0,63	0,53	-15,9
18	Riachinho	0,361	0,572	48,5	0,62	0,53	-14,5
19	Sampaio	0,457	0,606	39,8	0,61	0,50	-18,0
20	Santa Terezinha	0,398	0,637	66,2	0,54	0,54	0,0
21	São Bento	0,411	0,605	42,5	0,56	0,56	0,0
22	São Miguel	0,420	0,623	51,0	0,58	0,56	-3,4
23	São Sebastião	0,439	0,573	32,6	0,58	0,55	-5,2
24	Sítio Novo	0,457	0,604	35,0	0,63	0,56	-11,1
25	Tocantinópolis	0,542	0,681	31,7	0,60	0,52	-13,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000 - 2010); Atlas Brasil (2013); Brasil/MDS/IDB (2011).

3.2 Aspectos sociais

O resultado esperado com a implantação do TCBP era acelerar a superação das desigualdades sociais. Obviamente, a questão da educação é um componente

importante para tal propósito, em que pese o seu caráter de longo prazo. Neste caso, entre outros elementos, contam os resultados quanto ao grau de alfabetização da população. Em relação a este quesito, observa-se uma evolução bem mais positiva na MBP (8,8%), quando comparado ao Estado do Tocantins (6,39%) e ao Brasil (4,38%). Os dados da *tabela 8* ilustram que no período 2000-2010, 21 municípios do Território elevaram a taxa de alfabetização num percentual superior à variação média nacional e 17 deles, acima, inclusive, da média estadual. Negativamente, em quatro municípios a elevação no grau de alfabetização da população foi inferior à média nacional, com destaque para Luzinópolis, cuja variação foi de apenas 2,93%.

Tabela 8 – Taxa de alfabetização das pessoas de 10 ou mais anos de idade – Brasil, Tocantins, MPB e TCBP – 2000 –2010

Local	Taxa de alfabetização			
	2000	2010	Δ %	
Brasil	87,18	91,00	4,38	
Tocantins	82,81	88,10	6,39	
MPB	74,45	81,00	8,80	
TCBP				
1	Aguiarnópolis	77,25	84,60	9,51
2	Ananás	77,99	83,20	6,68
3	Angico	81,35	84,40	3,75
4	Araguatins	77,77	82,50	6,08
5	Augustinópolis	72,20	80,40	11,36
6	Axixá	69,94	78,80	12,67
7	Buriti	72,41	80,30	10,90
8	Cachoeirinha	77,56	84,50	8,95
9	Carrasco Bonito	65,81	74,80	13,66
10	Darcinópolis	74,85	81,30	8,62
11	Esperantina	66,26	80,40	21,34
12	Itaguatins	71,46	77,80	8,87
13	Luzinópolis	81,32	83,70	2,93
14	Maurilândia	76,24	79,40	4,14
15	Nazaré	68,59	85,00	23,92
16	Palmeiras	77,43	81,50	5,26
17	Praia Norte	69,58	73,00	4,92
18	Riachinho	75,03	80,10	6,76
19	Sampaio	71,67	79,00	10,23
20	Santa Terezinha	75,44	81,20	7,64
21	São Bento	76,15	82,50	8,34
22	São Miguel	71,46	77,50	8,45
23	São Sebastião	72,39	76,90	6,23
24	Sítio Novo	73,20	76,20	4,10
25	Tocantinópolis	78,49	85,60	9,06

Nota: Dados do Universo – Características da População e dos Domicílios. Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000, tab. 1521 e 2010, tab. 1383).

Quadro 4 - Resultados e Metas do IDEB – TCBP - 2005 –2013

Município	Série/Rede de ensino	IDEB Observado					Metas Projetadas			
		2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013
1	5º ano e 9º ano = Municipal	3.0	3.5	3.1	3.4	3.8	3.1	3.4	3.8	4.1
	9º ano = Estadual	4.1	4.2	3.9	3.6	3.3	4.1	4.3	4.6	5.0
2	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	3.4	3.9	nd	4.5	nd	3.6	4.0	4.2
	9º ano = Estadual	3.6	3.9	4.0	4.3	3.8	3.6	3.8	4.0	4.4
3	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	4.1	nd	4.4	4.6	nd	4.3	4.7	4.9
	9º ano = Estadual	3.5	3.7	3.5	3.5	3.2	3.5	3.7	3.9	4.3
4	5º ano e 9º ano = Municipal	2.9	3.3	3.8	4.2	4.2	3.0	3.3	3.7	4.0
	9º ano = Estadual	3.5	3.9	4.0	4.1	3.8	3.5	3.7	3.9	4.3
5	5º ano e 9º ano = Municipal	3.8	3.7	4.2	4.5	4.7	3.8	4.2	4.6	4.9
	9º ano = Estadual	3.5	3.7	4.1	3.6	3.6	3.5	3.7	4.0	4.4
6	5º ano e 9º ano = Municipal	3.0	3.3	3.9	4.2	4.0	3.1	3.4	3.8	4.1
	9º ano = Estadual	3.1	3.2	3.7	3.2	3.4	3.1	3.3	3.6	4.0
7	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	4.4	3.3	4.4	3.9	nd	4.6	4.9	5.2
	9º ano = Estadual	3.1	3.2	3.9	3.8	3.8	3.1	3.2	3.5	3.9
8	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	3.1	3.7	3.2	***	nd	3.3	3.6	3.9
	9º ano = Estadual	3.5	3.4	3.4	3.7	4.1	3.5	3.7	3.9	4.3
9	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	3.3	3.2	4.2	4.3	nd	3.5	3.8	4.1
	9º ano = Estadual	nd	3.6	3.7	3.5	3.2	nd	3.7	3.9	4.2
10	5º ano e 9º ano = Municipal	3.2	2.9	4.5	4.2	4.5	3.3	3.6	4.0	4.3
	9º ano = Estadual	3.2	2.8	3.6	3.3	3.8	3.3	3.4	3.7	4.1
11	5º ano e 9º ano = Municipal	2.6	3.0	3.7	3.7	4.5	2.7	3.0	3.4	3.7
	9º ano = Estadual	3.5	3.6	3.6	3.7	3.2	3.5	3.7	3.9	4.3
12	5º ano e 9º ano = Municipal	2.9	2.6	4.0	3.9	4.0	2.9	3.3	3.7	4.0
	9º ano = Estadual	3.2	3.6	3.5	3.2	3.3	3.2	3.4	3.6	4.0
13	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	3.8	4.5	5.8	4.6	nd	4.0	4.3	4.6
	9º ano = Estadual	4.0	3.1	3.5	4.1	3.0	4.0	4.2	4.4	4.8
14	5º ano e 9º ano = Municipal	2.9	3.4	3.8	4.0	3.7	3.0	3.3	3.7	4.0
	9º ano = Estadual	3.1	2.7	3.2	nd	3.4	3.1	3.3	3.5	4.0
15	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
	9º ano = Estadual	3.3	3.4	3.8	4.2	3.7	3.3	3.5	3.7	4.2
16	5º ano e 9º ano = Municipal	2.7	3.9	3.6	4.2	3.8	2.8	3.1	3.5	3.8
	9º ano = Estadual	3.9	3.4	3.4	3.3	3.8	3.9	4.1	4.3	4.7
17	5º ano e 9º ano = Municipal	2.6	3.7	3.7	4.1	4.5	2.6	3.0	3.4	3.6
	9º ano = Estadual	3.4	3.6	3.3	3.2	3.8	3.4	3.5	3.8	4.2
18	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	3.2	3.9	4.3	4.6	nd	3.3	3.7	4.0
	9º ano = Estadual	3.4	3.9	3.5	3.5	2.9	3.4	3.5	3.8	4.2
19	5º ano e 9º ano = Municipal	2.9	3.3	3.4	4.5	4.8	3.0	3.3	3.7	4.0
	9º ano = Estadual	3.2	3.5	3.8	3.6	3.6	3.2	3.3	3.6	4.0
20	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	nd	nd	3.6	4.7	nd	nd	nd	3.9
	9º ano = Estadual	3.6	2.5	3.3	3.3	3.9	3.6	3.8	4.0	4.4
21	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	3.1	3.5	3.1	***	nd	3.3	3.6	3.9
	9º ano = Estadual	3.2	3.5	3.6	3.3	3.0	3.2	3.4	3.7	4.1
22	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	3.5	3.7	4.2	3.3	nd	3.7	4.0	4.3
	9º ano = Estadual	3.7	3.6	2.9	3.8	2.9	3.7	3.9	4.1	4.5
23	5º ano e 9º ano = Municipal	nd	2.8	3.9	nd	3.6	nd	3.0	3.3	3.6
	9º ano = Estadual	3.7	3.9	3.8	3.3	3.0	3.7	3.8	4.1	4.5
24	5º ano e 9º ano = Municipal	2.4	4.2	nd	nd	4.4	2.4	2.8	3.1	3.4
	9º ano = Estadual	3.1	3.1	3.6	3.3	3.3	3.1	3.3	3.6	4.0
25	5º ano e 9º ano = Municipal	3.8	3.2	3.7	4.0	4.1	3.9	4.2	4.6	4.9
	9º ano = Estadual	3.7	2.9	3.5	3.6	3.3	3.8	3.9	4.2	4.6

Notas: nd= dado não disponível. *** Sem média na Prova Brasil 2013: não participou ou não atendeu os requisitos para ter o desempenho calculado. Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta. Fonte: Brasil - INEP/IDEB/MEC (2015).

Ademais, o Ministério da Educação (MEC) projetou metas a serem alcançadas por cada município e suas respectivas unidades escolares até o ano de 2021, medidas a cada dois anos, tendo como marco zero o ano de 2005. O valor estabelecido para cada meta é resultante da combinação de uma série de variáveis de acordo com a realidade da municipalidade sendo que o município ou a unidade escolar deve procurar atingi-lo. Em se tratando do TCBP, o que se observa é que, em geral, todos os municípios apresentaram melhoras nos índices, embora dos 25 municípios do território, apenas cinco tiveram resultados acima da meta projetada em todos os anos analisados; seis a superaram em pelo menos três anos e apenas quatro não superaram a meta projetada em nenhum ano, como ilustra o *Quadro 4*.

Melhorias foram sentidas também no que diz respeito à mortalidade infantil. Os dados levantados indicam que a mortalidade infantil na MBP caiu cerca 17% no período 2000 – 2010, percentual superior à queda registrada ao nível estadual (-14,5), embora inferior àquela registrada nacionalmente (-26,4). Apesar da queda nesse indicador, observa-se que a mortalidade infantil no território (51,5) é mais do que o dobro da média estadual (25,6), que já é superior à média nacional (22,5), como mostram os dados da tabela 9.

Tabela 9 – Mortalidade infantil e esperança de vida – Brasil, Tocantins e TCBP 2000 –2010

Indicadores Socioeconômicos	Brasil			Tocantins			MBP		
	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%
Mortalidade Infantil (a cada mil nascidos vivos)	30,6	22,5	-26,4	29,9	25,6	-14,5	61,8	51,5	-16,7
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,6	73,2	3,7	69,2	71,9	3,9	60,6	66,5	9,8

Fonte: Oliveira (2014, p. 13).

Os dados da *Tabela 9* ilustram também que houve uma elevação na esperança de vida ao nascer da população do TCBP, a exemplo do que ocorreu em todo o território nacional, incluindo o Estado do Tocantins. Observa-se, porém, que no Território, essa elevação foi maior, 9,8%, contra 3,9% no estado e 3,7% no Brasil. Apesar deste aumento da esperança de vida no TCBP, há ainda uma distância muito grande entre a esperança de vida naquele Território (66,5 anos) e no resto do país (73,2 anos).

Tabela 10 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo – Brasil, Tocantins, MBP e TCBP – 2000 –2010

Local	HOMENS(A)		MULHERES(B)			
	2000	2010	2000	2010	Δ 2000-2010	
Brasil	62,3	57,7	37,7	42,3	4,6	
Tocantins	66,5	60,3	33,5	39,7	6,2	
MBP	68,1	64,1	31,9	36,0	4,0	
TCBP						
1	Aguiarnópolis	76,1	66,5	24,0	33,5	9,6
2	Ananás	67,9	64,9	32,2	35,2	3,0
3	Angico	77,3	63,7	22,7	36,3	13,6
4	Araguatins	66,4	63,2	33,6	36,8	3,2
5	Augustinópolis	68,6	62,3	31,4	37,7	6,3
6	Axixá	67,4	63,1	32,6	36,9	4,3
7	Buriti	64,8	65,2	35,2	34,9	-0,4
8	Cachoeirinha	68,9	63,5	31,1	36,6	5,4
9	Carrasco Bonito	62,8	67,8	37,2	32,2	-5,1
10	Darcinópolis	74,0	67,1	26,0	32,9	6,9
11	Esperantina	71,1	69,2	28,9	30,8	1,9
12	Itaguatins	71,1	63,2	28,9	36,8	7,8
13	Luzinópolis	65,5	64,3	34,5	35,7	1,2
14	Maurilândia	64,3	68,4	35,7	31,6	-4,1
15	Nazaré	79,6	67,6	20,4	32,4	11,9
16	Palmeiras	66,3	65,5	33,7	34,5	0,8
17	Praia Norte	66,6	63,4	33,4	36,6	3,2
18	Riachinho	83,6	74,5	16,5	25,6	9,1
19	Sampaio	68,7	65,1	31,3	34,9	3,6
20	Santa Terezinha	70,7	64,8	29,3	35,3	6,0
21	São Bento	73,8	69,9	26,2	30,1	3,8
22	São Miguel	69,1	62,6	30,9	37,4	6,5
23	São Sebastião	65,3	67,1	34,8	32,9	-1,9
24	Sítio Novo	71,5	64,7	28,5	35,4	6,9
25	Tocantinópolis	61,3	59,5	38,7	40,5	1,8

Nota: dados da amostra – Trabalho e Rendimento. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000, tab. 2960 e 2010, tab. 3581).

Os dados levantados e tabulados indicam também que houve uma redução substancial no que diz respeito à desigualdade de gênero no TCBP, a começar pelo grau de empregabilidade das mulheres. Como se vê na *Tabela 10*, a proporção de mulheres ocupadas em relação aos homens só não cresceu em quatro municípios do Território, os quais apresentaram retração neste quesito, com destaque para Carrasco Bonito, cuja participação das mulheres na ocupação caiu 5,1% entre 2000 e 2010. O município que mais evoluiu neste quesito foi Angico (13,6%), seguido por Nazaré (11,9%).

Tabela 11 - Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, com rendimento, segundo o sexo - Brasil, Tocantins e TCBP – 2000 –2010

Local	HOMENS(A)			MULHERES(B)			B/A (Em %)			
	2000	2010	Δ %	2000	2010	Δ %	2000	2010	Δ	
Brasil	779,3	1670,6	114,4	533,0	1215,5	128,0	68,4	72,8	4,4	
Tocantins	543,8	1412,9	159,8	358,9	1070,5	198,3	66,0	75,8	9,8	
MBP	328,5	870,9	165,1	225,5	682,2	202,6	68,6	78,3	9,7	
TCBP										
1	Aguiarnópolis	411,1	974,4	137,0	313,6	643,6	105,2	76,3	66,0	-10,2
2	Ananás	377,7	917,3	142,9	203,0	751,8	270,4	53,7	82,0	28,2
3	Angico	374,1	784,9	109,8	254,5	534,0	109,8	68,0	68,0	0,0
4	Araguatins	344,4	960,9	179,0	273,4	804,9	194,4	79,4	83,8	4,4
5	Augustinópolis	451,8	911,1	101,7	261,0	701,5	168,7	57,8	77,0	19,2
6	Axixá	293,6	818,0	178,6	175,1	643,0	267,2	59,6	78,6	19,0
7	Buriti	352,4	864,8	145,4	191,4	761,3	297,7	54,3	88,0	33,7
8	Cachoeirinha	283,3	654,6	131,1	200,5	581,6	190,1	70,8	88,8	18,1
9	Carrasco Bonito	285,4	714,3	150,3	152,8	578,3	278,4	53,6	81,0	27,4
10	Darcinópolis	246,9	825,3	234,3	136,3	640,1	369,5	55,2	77,6	22,3
11	Esperantina	285,6	529,1	85,3	231,1	624,5	170,3	80,9	118,0	37,1
12	Itaguatins	225,1	746,0	231,4	190,1	648,5	241,1	84,5	86,9	2,5
13	Luzinópolis	274,7	701,7	155,4	134,3	694,1	416,8	48,9	98,9	50,0
14	Maurilândia	200,3	704,7	251,8	163,2	572,1	250,6	81,5	81,2	-0,3
15	Nazaré	328,0	905,1	176,0	309,6	559,6	80,8	94,4	61,8	-32,6
16	Palmeiras	271,3	779,1	187,2	192,8	580,3	200,9	71,1	74,5	3,4
17	Praia Norte	244,2	574,9	135,4	128,0	571,0	346,0	52,4	99,3	46,9
18	Riachinho	232,8	723,5	210,8	161,0	639,1	296,9	69,2	88,3	19,2
19	Sampaio	255,6	667,2	161,0	147,6	585,5	296,6	57,8	87,8	30,0
20	Santa Terezinha	190,6	842,2	341,8	204,2	643,2	215,0	107,1	76,4	-30,7
21	São Bento	270,8	1019,3	276,3	222,3	577,9	160,0	82,1	56,7	-25,4
22	São Miguel	259,4	895,8	245,3	182,6	571,4	213,0	70,4	63,8	-6,6
23	São Sebastião	284,5	779,3	173,9	245,8	476,8	94,0	86,4	61,2	-25,2
24	Sítio Novo	285,9	722,4	152,7	214,2	526,3	145,7	74,9	72,8	-2,1
25	Tocantinópolis	400,5	1040,8	159,9	271,4	775,5	185,7	67,8	74,5	6,7

Nota: dados da amostra – Trabalho e Rendimento. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000, tab. 2908; 2010, tab. 3549).

Essa melhora pode ser observada também em termos de rendimentos. Como pode ser visto na *Tabela 11*, no período 2000-2010, em 16 municípios do TCBP o rendimento médio das mulheres cresceu mais que o rendimento médio dos homens. Com exceção de quatro, o rendimento médio das mulheres nos municípios do Território cresceu mais que o crescimento do rendimento médio nacional dos homens (114,4%) e das mulheres (128,0%). Se do lado do emprego de mulheres o município de Nazaré se destacou positivamente, no que diz respeito ao rendimento médio das mulheres ele se destacou negativamente, já que foi aquele que registrou a menor variação neste quesito (80,8%), seguido por São Sebastião, cuja variação nos rendimentos médios das mulheres foi de 94,0% no período 2000-2010.

Como não poderia ser diferente, por conta dessa elevação mais acentuada no rendimento médio das mulheres, a razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento médio dos homens também se alterou em favor das mulheres, passando de 68,6 em 2000 para 78,3 em 2010 na MBP. Entre os 16 municípios do TCBP que melhoraram neste quesito, destaca-se Esperantina, cujo rendimento médio das mulheres atingiu 118% do rendimento médio dos homens, como ilustra a *Tabela 11*. Negativamente, destaca-se São Bento, município no qual o rendimento médio das mulheres não chega a 57% do recebido pelos homens.

Tabela 12 – Razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao rendimento médio dos homens ocupados – Brasil, Tocantins e TCBP – 2000 –2010

Local	Total			Mulheres brancas			Mulheres pretas ou pardas			
	2000	2010	Variação	2000	2010	Variação	2000	2010	Variação	
Brasil	68,77	73,90	5,13	64,91	70,30	5,39	73,28	76,60	3,32	
Tocantins	67,35	77,80	10,45	61,28	73,40	12,12	70,40	79,80	9,40	
TCBP										
1	Aguiarnópolis	77,16	69,50	-7,66	109,54	57,20	-52,34	61,67	75,20	13,53
2	Ananás	55,80	85,10	29,30	67,31	82,30	14,99	50,34	87,60	37,26
3	Angico	69,14	70,40	1,26	53,20	94,20	41,00	77,69	65,30	-12,39
4	Araguatins	81,63	85,10	3,47	56,15	98,80	42,65	100,69	80,70	-19,99
5	Augustinópolis	62,14	79,60	17,46	57,79	82,30	24,51	66,20	79,30	13,10
6	Axixá	62,76	82,40	19,64	63,61	64,10	0,49	63,71	96,30	32,59
7	Buriti	53,78	98,60	44,82	37,77	121,30	83,53	69,41	91,90	22,49
8	Cachoeirinha	71,54	89,70	18,16	85,22	104,40	19,18	64,77	83,30	18,53
9	Carrasco Bonito	52,02	87,50	35,48	75,96	52,90	-23,06	40,96	105,60	64,64
10	Darcinópolis	56,26	80,70	24,45	41,68	101,50	59,82	60,03	72,10	12,07
11	Esperantina	80,78	129,00	48,22	48,80	163,80	115,00	88,49	126,20	37,71
12	Itaguatins	85,94	90,30	4,36	63,19	72,70	9,51	94,21	94,80	0,59
13	Luzinópolis	49,73	105,80	56,07	64,95	148,90	83,95	44,77	89,60	44,83
14	Maurilândia	84,81	85,70	0,89	92,14	75,30	-16,84	84,37	95,90	11,53
15	Nazaré	102,26	65,80	-36,46	103,53	61,50	-42,03	93,78	67,50	-26,28
16	Palmeiras	70,15	80,10	9,95	43,06	45,80	2,74	84,95	90,50	5,55
17	Praia Norte	50,19	101,60	51,41	55,25	106,90	51,65	49,33	101,30	51,97
18	Riachinho	74,60	100,50	25,90	41,77	132,30	90,53	85,78	91,70	5,92
19	Sampaio	61,75	95,50	33,75	93,61	132,70	39,09	49,18	90,50	41,32
20	Santa Terezinha	106,77	78,90	-27,87	98,95	104,20	5,25	109,02	73,10	-35,92
21	São Bento	92,00	60,30	-31,70	132,14	93,00	-39,14	80,70	54,40	-26,30
22	São Miguel	71,96	65,40	-6,56	90,74	99,80	9,06	63,84	63,00	-0,84
23	São Sebastião	88,89	70,40	-18,49	174,74	69,60	-105,14	64,13	69,10	4,97
24	Sítio Novo	76,56	75,80	-0,76	54,08	84,70	30,62	92,29	74,00	-18,29
25	Tocantinópolis	67,49	77,10	9,61	51,73	89,80	38,07	77,76	73,00	-4,76

Fonte: IBGE - Estatísticas de Gênero (2000 – 2010).

Essa melhora no rendimento das mulheres em relação ao rendimento dos homens pode ser verificada em todos os substratos. Como ilustram os dados da *Tabela 12*, quando consideradas apenas as mulheres brancas, essa melhora só não aconteceu em seis municípios do TCBP. Quando consideradas as mulheres pretas e pardas, a melhora na razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao rendimento médio dos homens ocupados ocorreu em 17 municípios do Território, com variações sempre acima da média nacional (3,32), com exceção do Município de Itaguatins (0,59).

Tabela 13 – Participação percentual do rendimento das mulheres em relação ao rendimento familiar total - Brasil, Tocantins e TCBP – 2000-2010

MUNICÍPIO		TODAS AS FAMÍLIAS			SOMENTE FAMÍLIAS PRETAS E PARDAS		
		2000	2010	2000 - 2010	2000	2010	2000 - 2010
Brasil		33,0	40,9	7,9	33,3	42,0	8,7
Tocantins		30,4	41,7	11,3	30,4	42,1	11,7
TCBP							
1	Aguiarnópolis	25,9	33,3	7,4	26,1	33,6	7,5
2	Ananás	26,8	39,7	12,9	25,3	40,2	14,9
3	Angico	23,9	45,5	21,6	23,7	45,4	21,7
4	Araguatins	30,6	47,6	17,0	30,9	47,0	16,1
5	Augustinópolis	35,2	44,8	9,6	34,5	45,7	11,2
6	Axixá	39,1	42,5	3,4	40,5	43,3	2,8
7	Buriti	39,1	49,9	10,8	36,7	50,8	14,1
8	Cachoeirinha	41,1	53,8	12,7	48,0	53,4	5,4
9	Carrasco Bonito	33,9	48,2	14,3	34,1	47,7	13,6
10	Darcinópolis	24,3	39,6	15,3	23,2	46,0	22,8
11	Esperantina	35,8	54,3	18,5	34,8	53,6	18,8
12	Itaguatins	27,1	51,0	23,9	27,5	52,0	24,5
13	Luzinópolis	33,5	44,9	11,4	27,9	44,8	16,9
14	Maurilândia	27,1	47,0	19,9	23,0	46,2	23,2
15	Nazaré	33,1	51,9	18,8	35,4	51,8	16,4
16	Palmeiras	34,6	42,9	8,3	36,5	43,3	6,8
17	Praia Norte	41,4	54,8	13,4	37,8	55,7	17,9
18	Riachinho	27,6	55,9	28,3	27,1	56,3	29,2
19	Sampaio	38,3	52,7	14,4	40,8	55,7	14,9
20	Santa Terezinha	33,4	51,9	18,5	36,2	51,2	15,0
21	São Bento	33,0	43,7	10,7	34,1	45,7	11,6
22	São Miguel	32,6	50,6	18,0	32,9	50,5	17,6
23	São Sebastião	37,2	56,7	19,5	38,1	56,8	18,7
24	Sítio Novo	34,7	52,1	17,4	36,8	53,2	16,4
25	Tocantinópolis	39,0	44,2	5,2	38,2	43,8	5,6

Fonte: IBGE - Estatísticas de Gênero (2000 – 2010).

No que diz respeito à questão de gênero, outro dado coletado e analisado foi a participação do rendimento das mulheres na renda familiar. Neste caso, como ilustram os dados da *Tabela 13*, exceto em três municípios do TCBP, a participação percentual do rendimento das mulheres em relação ao rendimento familiar total de todas as famílias cresceu acima da média nacional, com destaque para o Município de Riachinho, cuja participação do rendimento das mulheres no rendimento familiar total passou de 27,6 % em 2000 para 55,9% em 2010. Outro aspecto a considerar é que no ano de 2010 em apenas dois municípios do Território a participação do rendimento das mulheres no rendimento familiar total de todas as famílias foi inferior à média nacional (40,9%).

Os dados da *Tabela 13* indicam que houve uma melhora também na participação percentual do rendimento das mulheres pretas e pardas em relação ao rendimento familiar das famílias pretas e pardas. Como se observa na referida tabela, isso ocorreu em todos os municípios do TCBP, sendo que, com exceção de quatro deles, numa variação acima da média nacional. Destaca-se que no ano de 2010 em apenas dois municípios do Território a participação do rendimento das mulheres pretas e pardas no rendimento familiar total das famílias pretas e pardas foi inferior à média nacional (42%).

Ainda sobre a questão de gênero, é importante destacar que a presença das mulheres nos movimentos e organizações sociais no TCBP tem sido marcante, especialmente na defesa do extrativismo do babaçu, da reforma agrária, da criança e adolescente, da geração de emprego e renda e mesmo do protagonismo feminino na política e na sociedade em geral. Exemplos disso são as inúmeras associações e grupos informais de mulheres, bem como a atuação no movimento sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e nas diversas associações de mulheres com atuação nos municípios e nas Organizações Não Governamentais, nos Núcleos da Pastoral da Criança e na própria Comissão Pastoral da Terra. Entre as associações e grupos estão o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB), a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio

(ASMUBIP), a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Buriti (AMB), a Associação São Francisco de Assis de Axixá, Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio (ABIPA), Alternativa Para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e a Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (COOPTER), entre outras. Entre as diversas líderes que protagonizaram e protagonizam a luta no TCBP estão Dona Raimunda Gomes da Silva, Maria Senhora Carvalho da Silva, Maria Ednalva Ribeiro da Silva, Beliza da Costa Sousa, Emília Alves da Silva Rodrigues, Francisca Pereira Vieira, Maria Conceição Barbosa da Silva, Dona Rita, Maria Alzenira Pereira da Silva, Dona Olinda Tavares (mãe do Padre Josimo Tavares), Irani Alves Gomes, Lurdinha, as Religiosas Irmã Mada e Irmã Bia, entre outras tantas. A pesquisa de campo comprovou ainda que a participação de mulheres no CT como membras efetivas e suplentes está em torno de 30%.

Tabela 14 – Taxa de pobreza e de pobreza extrema – Brasil, Tocantins e TCBP 2000 -2010

Indicadores Socioeconômicos	Brasil			Tocantins			TCBP		
	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%
Taxa de pobreza	35,17	21,42	-39,10	50,61	26,09	-48,45	81,39	73,79	-9,34
Taxa de pobreza extrema	15,28	7,28	-52,36	22,13	8,16	-63,13	47,98	29,50	-38,52

Fonte: Oliveira (2014, p. 13).

Os dados também indicam que a estratégia de promover o desenvolvimento sustentável por meio da universalização dos programas básicos de cidadania, da participação social e da integração de ações entre governo federal, estado e municípios, de fato, deu resultado quanto ao objetivo de promover e acelerar a superação da pobreza e da pobreza extrema. Como se vê na *Tabela 14*, houve uma importante redução da pobreza e da pobreza extrema no TCBP no período 2000-2010, embora de forma menos significativa que aquela ocorrida no Brasil e no Estado do Tocantins. No primeiro caso, a queda foi de 9,34% no Território, contra 39,10% no Brasil e 48,45% no Estado do Tocantins. No segundo caso, a queda foi de 38,52%, 63,13% e 52,36%, respectivamente.

O PBF teve papel relevante nesse processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais no TCBP. Segundo dados do IBGE – Censo Demográfico (2010), a população do TCBP representava aproximadamente 14% do contingente populacional do Estado do Tocantins. O total de famílias do Território beneficiadas pelo PBF, no entanto, era bem maior: cerca de 20% do total de Beneficiados pelo Programa no Estado.

Tabela 15 – Renda *per capita* e percentuais de extrema pobreza e vulneráveis à pobreza Brasil, Tocantins e TCBP –2010

	Local	Renda per capita (em R\$)	% extremamente pobres	% de vulneráveis à pobreza
	Brasil	3.776,00	7,28	21,42
	Tocantins	642,00	22,13	50,61
	TCBP	Não Disponível	29,50	73,79
TCBP				
1	Aguiarnópolis	624,03	6,95	78,79
2	Ananás	539,26	6,81	45,67
3	Angico	380,36	13,51	78,38
4	Araguatins	372,96	19,69	85,30
5	Augustinópolis	418,64	9,01	77,59
6	Axixá	535,80	16,48	81,50
7	Buriti	414,87	19,26	77,24
8	Cachoeirinha	287,05	18,58	85,20
9	Carrasco Bonito	382,31	28,14	80,50
10	Darcinópolis	341,27	13,50	70,90
11	Esperantina	467,90	36,37	74,31
12	Itaguatins	304,55	23,75	79,90
13	Luzinópolis	302,83	13,76	86,00
14	Maurilândia	307,46	25,93	92,86
15	Nazaré	446,32	17,81	72,29
16	Palmeiras	267,60	16,74	87,45
17	Praia Norte	621,10	27,91	61,97
18	Riachinho	168,85	35,04	87,60
19	Sampaio	285,17	21,21	87,56
20	Santa Terezinha	373,96	20,63	83,10
21	São Bento	301,14	18,20	91,50
22	São Miguel	244,55	18,32	86,49
23	São Sebastião	318,39	29,96	84,84
24	Sítio Novo	423,43	32,02	77,13
25	Tocantinópolis	277,25	10,17	67,28

Fonte: Para o TCBP: Brasil – Perfil Territorial Bico do Papagaio (2015, p. 2-3). Para o Brasil e o Estado do Tocantins: Oliveira (2014 p.13).

Apesar da melhora nos indicadores econômicos e de desigualdade social, os dados disponíveis indicam que a renda per capita na maioria dos municípios do TCBP continuou muito baixa, sem alcançar sequer a média estadual, que representa 17% da média nacional, como ilustram os dados da *Tabela 16*. Em face disso, o contingente populacional extremamente pobre no território continuou bastante elevado quando comparado ao resto do país; o mesmo se aplicando ao percentual de vulneráveis à pobreza⁹. Como pode ser visto na referida *Tabela*, 22 municípios do Território apresentaram taxa de extrema pobreza acima de 10% em 2010, sendo que em oito deles ela superava 20%. Com relação à taxa de vulnerabilidade à pobreza, em 23 municípios ela superava 70%, sendo que em 10 deles, ultrapassava 80%. Chama atenção, inclusive, o fato de que, exceto dois municípios do TCBP, em todos os demais a porcentagem de extrema pobreza em 2010 superava a média nacional; no que diz respeito à porcentagem de vulneráveis à pobreza, todos os municípios do Território tinham, em 2010, um percentual acima da média nacional (21,42) e acima, inclusive, da média estadual (50,61), exceto Ananás (45,67).

⁹ Extremamente pobres eram aqueles que, em 2010, tinham uma renda média mensal abaixo de R\$ 70,00. Vulneráveis à pobreza, por sua vez, é uma particularidade que indica um estado de fraqueza, que pode se referir tanto ao comportamento das pessoas, como objetos, situações, ideias etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar e analisar as relações entre o Programa Território da Cidadania e o desenvolvimento do território e da população do Bico do Papagaio. Além dos seus efeitos socioeconômicos, buscou-se avaliar a sua estratégia de implantação, com vistas à promoção do desenvolvimento local, por meio da universalização dos programas básicos de cidadania, da participação social e da integração de ações entre governo federal, estado e municípios. A hipótese inicial deste trabalho foi a de que o TCBP cumpriu o objetivo a que se propôs, que foi o de universalizar os programas básicos de cidadania, mas deixou a desejar quanto à integração entre a sociedade e os entes federativos, amenizando os seus efeitos sobre os indicadores socioeconômicos.

O primeiro capítulo da dissertação analisou o PTC, com ênfase ao Território da Cidadania do Bico do Papagaio, contemplando o seu contexto, objetivos e estratégias de implantação. Além da concepção e histórico, o capítulo abordou os precedentes históricos e as condições socioeconômicas que levaram a sua implementação. Nestes termos, a pesquisa bibliográfica indicou que um conjunto de fatos históricos contribuiu decisivamente para a constituição do tecido social, político e institucional, que corroborou para que ali fosse criado o Território de Identidade Rural, elevado mais tarde à categoria de Território da Cidadania.

O segundo capítulo avaliou o alcance do Programa quanto ao seu objetivo de universalização dos programas básicos de cidadania e de integração da sociedade com os entes federativos. Além de discorrer sobre a estratégia de universalização dos programas básicos de cidadania e da inclusão produtiva das populações pobres e vulneráveis, neste capítulo foi apresentado um balanço dos recursos disponibilizados e aplicados pelo Programa na região. Com procedimentos críticos, foi feita análise sobre a participação social e a integração de ações entre governo federal, estado e municípios.

Neste quesito, a pesquisa aponta como baixa a participação dos representantes das esferas públicas e das entidades sociais nas reuniões cuja função é discutir ações e indicar demandas e prioridades. Do mesmo modo, e

contrariando a propositura da inclusão e integração produtiva dos segmentos sociais mais vulneráveis, a participação de representantes de comunidades tradicionais, especialmente indígenas, quilombolas e pescadores artesanais no CT, também é baixa. Obviamente, estes fatos ofuscaram o ideário quanto ao propósito do TCBP de se constituir num verdadeiro espaço de discussão, planejamento e execução das ações para o desenvolvimento local.

O terceiro e último capítulo, por sua vez, avaliou o impacto do Programa sobre os indicadores socioeconômicos dos Municípios que compõem o TCBP. Os dados tabulados e analisados indicam que houve uma melhora significativa na maioria dos municípios do Território no que diz respeito aos indicadores econômicos e de desigualdade social. Em média o PIB cresceu muito mais no TCBP que no resto do país, assim como o IDHM, a taxa de alfabetização e a esperança de vida ao nascer. Os dados indicaram também para uma melhora no que diz respeito às questões de gênero e raça, tanto do ponto de vista da empregabilidade quanto do ponto de vista da renda.

A estratégia de promover o desenvolvimento sustentável por meio da universalização dos programas básicos de cidadania, da participação social e da integração de ações entre governo federal, estado e municípios, deu resultado positivo também quanto ao objetivo de acelerar a redução da pobreza e da pobreza extrema. Embora de forma menos significativa daquela ocorrida no Brasil e no Estado do Tocantins, de fato, houve uma notória redução tanto da pobreza quanto da pobreza extrema no TCBP no período 2000 – 2010.

Ademais, os recursos investidos pelo Programa no TCBP, por meio do PBF, do PRONAF e por intermédio dos investimentos em obras e compra de máquinas e equipamentos, entre outros, foram responsáveis pela movimentação da economia local. Do ponto de vista de melhora da economia local, o PAA e o PNAE representaram também uma ótima oportunidade para a comercialização da produção dos agricultores familiares. Outro ganho com estes programas foi a melhoria na qualidade da alimentação de escolas, creches e de centros de atendimentos a pessoas com vulnerabilidade social e nutricional, especialmente pelo incremento de produtos de boa qualidade das refeições servidas nas entidades

participantes dos programas. Tendo em vista que as entidades e municípios participantes recebem os produtos sem custo, os programas também representaram um aporte financeiro para os mesmos.

O PAA e o PNAE têm potencial para atender um número bem maior de agricultores como fornecedores e entidades e municípios como recebedores. Neste aspecto, contudo, a principal dificuldade para os agricultores é a certificação dos produtos da agricultura familiar, em especial os de origem animal e bebidas, pois são poucos os municípios que contam com algum estabelecimento com certificado pelos SIM, SIE ou SIF, o que poderia ser resolvido com maior integração entre as forças que compõem o TCBP. Para as entidades e municípios, por sua vez, faltam estruturas adequadas para o recebimento, armazenamento/estocagem e manipulação dos produtos.

Por fim, após avaliar a estratégia de implantação do TCBP, os recursos que ali foram aplicados e especialmente o impacto sobre os indicadores socioeconômicos, optou-se pela aceitação da hipótese inicial. Ou seja, o TCBP cumpriu seu objetivo de universalização dos programas básicos de cidadania, mas deixou a desejar quanto à integração da sociedade com os entes federativos, amenizando os seus efeitos sobre os indicadores socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Francisco e ZAPATA, Tania. Importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil. In: DOWBOR, Ladislau e POCHMANN, Marcio (organizadores). **Políticas para o desenvolvimento local: Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p 211 – 225.

ATLAS BRASIL 2013. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em 14 de agosto de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Acesso em 02 de julho de 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Política Nacional de Resíduos Sólidos 2ª edição** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Atualizada em 18/5/2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Análise comparativa de programas de proteção social 1995 a 2003**. Brasília: MDS, abr. 2004.

_____. Presidência da República. **Decreto 11.503 de 25 de Fevereiro de 2008**. Diário Oficial da União (D.O.U.) de 28 fev. 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/legislacao-2011/decreto/2008/Decreto%20de%2025%20de%20fevereiro%20de%2008.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2016.

_____. Territórios da cidadania. **Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades**. Brasília: Ministério do Planejamento, mar. 2009. Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pageflip/download_origfile?pageflip_id=2221713. Acesso em 22 de janeiro 2016.

_____. Territórios da cidadania. **Planos de Execução 2009-2015**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2009 - 2015.

_____. Territórios da cidadania. **Matriz de ações 2009-2015**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2009 - 2015.

_____. Ministério da Saúde. Indicadores e Dados Básicos Brasil 2011. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09ufc.htm> . Acesso em 14 de agosto de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **10 Anos de Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content%20&view=article%20&id=20408. Acesso em 20 de julho de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Perfil Territorial Bico do Papagaio**. Brasília: CGMA, mai/2015.

_____. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**, 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e Projeções para o **Brasil**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam>. Atualizado em 03/06/2015. Brasília: INEP/IDEB/MEC, 2015. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional no. 90, de 15 de setembro de 2015**. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/%20emc90.htm. Acesso em 15 de julho de 2016.

_____. Tesouro Nacional. **Transferências Constitucionais Obrigatórias 2008-2015**. Brasília: Tesouro Nacional, 2016.

FORNAZIER, Armando; BELIK, Walter. **Políticas de desenvolvimento territorial rural: entre o territorial e o setorial**. Revista Pensamento & Realidade, Ano XV – v. 27 n° 3/2012, p. 126-147. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/%20pensamentorealidade/article/view/13507/10018>. Acesso em 13 de fevereiro de 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública**. Ciências Sociais Unisinos. 42(1):5-11, jan/abr 2006 @ 2006 byUnisinos.

GRAZIANO DA SILVA, José; TAKAGI, Maya e SANTOS, Ana Claudia. Experiências de desenvolvimento territorial e controle social no governo brasileiro. In: DOWBOR, Ladislau e POCHMANN, Marcio (organizadores). **Políticas para o desenvolvimento local: Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p 167-194.

GONÇALVES, Caio César de Sena; JESUS, Marcus Vinicius Gonçalves de; ARAÚJO, Jose Nailson Santos; SILVA, Fenando José Brito; ALENCAR, Maria Tereza de. **Falta de reforma agrária amplia conflitos por terra**. Disponível em: http://www.ebah.com.br/content/ABAAAA_HwAl/falta-reforma-agraria-amplia-conflito-s-por-terra. Acesso em 05 de agosto de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Diretoria de Pesquisas - Coordenação de Contas Nacionais. **Contas Nacionais Trimestrais com base nos dados preliminares**. Disponível em <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/renda-nacional-disponivel-bruta.html>. Acesso em 04 de abril de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Produto Interno Bruto dos Municípios 1999 - 2013** - Séries Históricas. Brasília: Banco SIDRA, 1999 - 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico 2000**. Brasília: Banco SIDRA – Demográfico e Contagem, 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico 2010**. Brasília: Banco SIDRA – Demográfico e Contagem, 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Estatísticas de Gênero - 2000 - 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=&tema=NaN>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População residente enviada ao Tribunal de Contas da União - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2015 - **Estimativa da População do Tocantins**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/serie_2001_2015_TCU.pdf. Acesso em 14 de agosto de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas das Populações Residentes nos municípios do TCBP**. Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm. Acesso em 14 de agosto de 2016.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Tocantins – SR-26. Relatórios SIPRA 2016 Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9263>. Acesso em 09 de abril de 2016.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Vida Vermelha (Historia da esquerda no Brasil. Dos primeiros partidos à luta armada no Araguaia)**. Gurupi Tocantins: Veloso Editorações, 2004, 320p. Cap. VI. A Luta guerrilheira faz o Araguaia ferver. P. 229-264.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Notas sobre a desigualdade social no bico do papagaio**. Tocantins: UFT, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/RosaMaria/Downloads/772-8447-2-PB.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2016.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO Tiago; BARTHOLLO, Letícia. Do bolsa família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: Campello, Tereza; Neri, Marcelo Côrtes (Organizadores). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. (p. 25-46). Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/%20publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf. Acesso em 15 de maio de 2016.

RODRIGUES, Waldecy (Coord.). **Avaliação da Efetividade do Programa Desenvolvimento Sustentável de Território Rural do Bico do Papagaio – TO**. Brasília: SDT, MDA, 2014.

RURALTINS. Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins. Palmas: RURALTINS, 2015. Disponível em: <http://ruraltins.to.gov.br/institucional/>. Acesso em 18 de agosto de 2015.

SEPLAN/TO. Secretaria de Planejamento do Estado de Tocantins. **Perfil Socioeconômico, versão 2015**. Palmas: SEPLAN, 2015. Disponível em: <http://seplan.to.gov.br/estatistica/perfil-socioeconomico/versao-2015/>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

SIT/MDA – **Sistema de Informações Territoriais**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=%201712801>. Acesso em 08 de fevereiro de 2016.

ANEXOS

Anexo 1 - Questionário. Aplicado junto aos integrantes da sociedade civil no Colegiado Territorial do Território da Cidadania do Bico do Papagaio.

CONTEXTO: Em 2009 foi implantado o Território da Cidadania do Bico do Papagaio, com a pretensão de promover o desenvolvimento sustentável e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio da universalização dos programas básicos de cidadania e da integração de ações entre governo federal, estado e municípios. A participação da sociedade civil organizada e a integração de ações entre as diferentes esferas de governo seriam fundamentais para a efetivação dessa estratégia. Esse processo se consolidaria por meio da criação e atuação do Comitê de Articulação Estadual (CAE) e do Colegiado Territorial (CT). O primeiro seria formado por integrantes dos órgãos federais que atuam no Estado, representantes dos órgãos estaduais indicados pelo Governo do Estado e participantes das prefeituras. O segundo seria formado por representantes governamentais e pela sociedade civil organizada. Enquanto o primeiro teria como atribuições apoiar a organização nos Territórios, fomentar a articulação e a integração das diversas políticas públicas e acompanhar a execução das ações do Programa, o segundo teria como missão definir o Plano de Desenvolvimento do Território, identificar necessidades, discutir alternativas, pactuar ações específicas e promover a integração de esforços, além de exercer o controle social do Programa.

Considerando a formação e as atribuições do Comitê de Articulação Estadual (CAE), responda as seguintes questões:

Questão 1: Na sua opinião, os representantes do **governo federal** no Comitê de Articulação Estadual (CAE)

a) Apoiam a organização e mobilização do Comitê Territorial do Território da Cidadania do Bico do Papagaio? Neste quesito você avalia a participação dos **representantes do governo federal** como (assinale apenas uma das alternativas)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

b) Fomentam a integração das diversas políticas públicas no Território da Cidadania do Bico do Papagaio? Neste quesito você avalia a participação dos representantes do **governo federal** como (assinale apenas uma das alternativas)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

c) Acompanham a execução das ações implementadas no Território da Cidadania do Bico do Papagaio? Neste quesito você avalia a participação dos representantes do **governo federal** como (assinale apenas uma das alternativas)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

Questão 2: Na sua opinião, os representantes do **governo estadual** no Comitê de Articulação Estadual (CAE)

a) Apoiam a organização e mobilização do Comitê Territorial? Neste quesito você avalia a participação dos representantes do **governo estadual** como (assinale apenas uma das alternativas)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

b) Fomentam a integração das diversas políticas públicas no Território da Cidadania do Bico do Papagaio? Neste quesito você avalia a participação dos representantes do **governo estadual** como (assinale apenas uma das alternativas)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

c) Acompanham a execução das ações implementadas no Território da Cidadania do Bico do Papagaio? Neste quesito você avalia a participação dos representantes do **governo estadual** como (assinale apenas uma das alternativas)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

Questão 3: Na sua opinião, os representantes das **prefeituras** no Comitê de Articulação Estadual (CAE)

a) Apoiam a organização e mobilização do Comitê Territorial? Neste quesito você avalia a participação dos representantes das **prefeituras** como (assinale apenas uma das alternativas)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

b) Fomentam a integração das diversas políticas públicas no Território da Cidadania do Bico do Papagaio? Neste quesito você avalia a participação dos representantes das **prefeituras** como (assinale apenas uma das alternativas)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

c) Acompanham a execução das ações implementadas no Território da Cidadania do Bico do Papagaio? Neste quesito você avalia a participação dos representantes das **prefeituras** como (assinale apenas uma das alternativas)

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

Anexo – 2: Tabulação das respostas do questionário aplicado junto aos integrantes da sociedade civil no CT do Território da Cidadania do Bico do Papagaio:

Governo federal

Conselheiro	Questões	Péssima	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Total
1	1			1			
	2				1		
	3	1					
2	1			1			
	2			1			
	3	1					
3	1				1		
	2				1		
	3		1				
4	1				1		
	2		1				
	3	1					
5	1				1		
	2				1		
	3				1		
6	1					1	
	2				1		
	3				1		
7	1				1		
	2				1		
	3				1		
8	1					1	
	2			1			
	3			1			
9	1					1	
	2					1	
	3				1		
10	1				1		
	2			1			
	3	1					
11	1					1	
	2			1			
	3	1					
12	1				1		
	2			1			
	3			1			
13	1					1	
	2				1		
	3			1			
14	1				1		
	2			1			
	3			1			
	1				1		

15	2			1			
	3			1			
Total		5	2	14	18	6	45

Governo Estadual

Conselheiro	Questões	Péssima	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Total
1	1			1			
	2				1		
	3	1					
2	1	1					
	2	1					
	3	1					
3	1		1				
	2		1				
	3		1				
4	1				1		
	2		1				
	3	1					
5	1			1			
	2		1				
	3		1				
6	1				1		
	2			1			
	3				1		
7	1			1			
	2	1					
	3	1					
8	1			1			
	2			1			
	3	1					
9	1				1		
	2			1			
	3			1			
10	1				1		
	2			1			
	3	1					
11	1			1			
	2			1			
	3	1					
12	1			1			
	2		1				
	3			1			
13	1					1	
	2	1					
	3		1				
14	1				1		
	2			1			
	3	1					

15	1				1		
	2			1			
	3			1			
Total		12	8	16	8	1	45

Governo Municipal

Conselheiro	Questões	Péssima	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Total
1	1		1				
	2		1				
	3		1				
2	1	1					
	2	1					
	3	1					
3	1				1		
	2				1		
	3	1					
4	1				1		
	2	1					
	3	1					
5	1		1				
	2			1			
	3				1		
6	1				1		
	2			1			
	3		1				
7	1				1		
	2		1				
	3		1				
8	1					1	
	2					1	
	3					1	
9	1			1			
	2			1			
	3			1			
10	1			1			
	2	1					
	3	1					
11	1				1		
	2					1	
	3	1					
12	1		1				
	2				1		
	3			1			
13	1			1			
	2			1			
	3	1					
14	1		1				
	2		1				

	3		1				
15	1				1		
	2				1		
	3			1			
Total		10	11	10	10	4	45